



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

MARIÁ CARLA AGOSTINHO FERNANDES

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Um estudo sobre a oferta de
informação em sites de municípios portugueses.**

Brasília – DF
2019

Mariá Carla Agostinho Fernandes

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Um estudo sobre a oferta de
informação em sites de municípios portugueses.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Dr. Carlos Marcos Batista

Brasília – DF
2019

Mariá Carla Agostinho Fernandes

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Um estudo sobre a oferta de
informação em sites de municípios portugueses.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna.

Mariá Carla Agostinho Fernandes

Prof. Dr. Carlos Marcos Batista
Professor-Orientador

Prof.^a Dra. Christiana Soares de Freitas
Professor-Examinador

Brasília, 09 de julho de 2019.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

CESSÃO DE DIREITOS

MARIÁ CARLA AGOSTINHO FERNANDES

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Um estudo sobre a oferta de informação em sites de municípios portugueses.

GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2019

É concedida à Universidade de Brasília – UNB – a permissão para reproduzir cópias deste trabalho ou emprestar tais cópias somente para propósitos acadêmicos científicos. A autora reserva-se o direito de publicação.

Mariá Carla Agostinho Fernandes

Email: mariahfernandes95@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pois sem ele nada seria possível.

Aos Fernandes, meus amados pais Sevilha e Neeskens e irmãos Carla e Neeskens Filho, que me ensinaram a base de valores e sempre foi minha força, mesmo distante, me apoiaram na realização deste sonho.

Aos Fernandes-Traversin, Bruno que foi meu grande parceiro nessa caminhada, seus incentivos foram essenciais, e meu filho Bernardo que é o propósito pelo qual eu batalhei por todo esse caminho.

Aos Traversin, meus sogros Mauro e Ana pessoas cruciais para esta conquista que me adotaram e deram todo suporte para que fosse possível cursar a graduação.

Ao Professor Batista, pela paciência, disponibilidade e orientação excepcional para a realização deste trabalho.

Aos amigos que estiveram ao meu lado nessa jornada.

RESUMO

O presente estudo propõe a análise das informações disponíveis nos sites de câmara de vereadores e prefeituras portuguesas, como estas conseguem promover a participação cívica. O objetivo consiste em analisar os sites no intuito de examinar se há poder informacional, mediante a quantidade de informações dispostas aos seus usuários, para a realização deste foram visitados 274 sites de Portugal continental, analisados por uma pesquisa quantitativa, através de 21 variáveis que possibilitaram indicar o grau de participação cidadã. Posteriormente, analisar a qualidade dos sites, verificando a quantidade de variáveis nominais encontradas em cada município, que possibilita examinar em nível macro as informações. E ainda, uma análise de fatorial das variáveis agrupadas, que sintetizará os resultados encontrados.

Palavras-chave: Portugal; TIC; participação-cidadã; internet; Câmara Municipal; Governo e representantes.

ABSTRACT

The present study proposes the analysis of the information available on the websites of the city council and Portuguese municipalities, how they manage to promote civic participation. The objective is to analyze the sites in order to examine if there is informational power, through the amount of information available to its users, to the accomplishment of this was visited 274 sites of mainland Portugal, analyzed by a quantitative research, through 21 variables that made possible indicate the degree of citizen participation. Later, to analyze the quality of the sites, verifying the amount of nominal variables found in each municipality, which will make it possible to examine the macro level information. Also, a factorial analysis of the grouped variables, which will synthesize the results found.

Keywords: Portugal; ICT; citizen participation; Internet; Town hall; Government and representatives.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. APORTE CONCEITUAL E TEÓRICO	9
2.1 Participação Cidadã e as Tecnologias de Informação e Comunicação	10
3. COLETA DE DADOS	12
4. METODOLOGIA	13
4.1 Estudo das Variáveis	13
5. ANÁLISE DA BASE DE DADOS	17
5.1 Comportamento da oferta de informação cidadã nos sites	17
5.2 Análise das variáveis agrupadas	21
5.2.1. Informação Institucional	22
5.2.2. Informação Processual	24
5.2.3. Informação Interativa	26
6. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA OFERTA DE INFORMAÇÃO	31
6.1. Regimento Interno	32
6.2. Estrutura da Casa	33
6.3. Estrutura das Comissões	34
6.4. Ordem do Dia	35
6.5. Lista Parlamentares	36
6.6. Fala Cidadão	37
6.7. Telefone para Contato	38
6.8. E-mail	39
6.9. Acesso a Partidos	40
6.10. Acesso Parlamentares	41
6.11. Contato/Denúncias	42
6.12. Contato com a Prefeitura	43
6.13. Notícias	44
6.14. Relatórios de Gestão Fiscal	45
6.15. Licitações e Contratos	46
6.16. Contato com o Prefeito	47
6.17. Despesas Correntes e Receitas Correntes	48
6.18. Despesas de Capital e Receitas de Capital	49
6.19. Redes Sociais	50
7. ANÁLISE DA QUALIDADE DOS SITES PORTUGUESES	51
8. CORRELAÇÕES E ANÁLISES FATORIAIS DAS VARIÁVEIS AGRUPADAS	52
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
11. REFERENCIAS ELETRÔNICAS	60

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's – nos processos de participação e capacidade de interação da sociedade na democracia digital, nos portais oficiais de Portugal.

Ao longo do desenvolvimento social, e a necessidade de se adaptar às demandas das comunidades visando a manutenção da democracia, foram criados mecanismos, métodos e técnicas para que o modo de interação da população conseguisse atender cada vez mais a todos. Um avanço nesta necessidade foram as Tecnologias de Informação e Comunicação, um marco para este século, que vem estreitando cada vez mais a relação entre governante e governado. A adesão das tecnologias de informação e comunicação desde a década de 90, abriu a janela de oportunidade para que os governos aproveitassem essa técnica de interação mais rápida e na difusão das informações.

De suma importância destacar que contrariamente a argumentação de Maria do Carmo Albuquerque no livro publicado em 2004 pela Fundação Konrad Adenauer, *Participação Cidadã: Novos Conceitos e Novas Metodologias* – a participação cidadã, não é um mecanismo de via única e formal onde somente o governante tem o poder de fala, essa ferramenta se tornou substancial para discussões, articulações, informações, devida a rotina das cidades modernas e as implicações dos pequenos municípios de locomoção e tempo.

Um dos maiores questionamentos do tema, é por quê os indivíduos se mobilizam ou por quê estes participam da atividade política, os custos e recompensas deste envolvimento. Por exemplo, o desejo de votar em determinado candidato por preferência ou apoio a causa defendida, for maior que o tempo para deslocamento e custos, o eleitor irá votar, ou seja, eventualmente para participar das atividades na comunidade, significa abrir mão de tempo dedicado a atividades privadas. O avanço do uso das TIC poderá ocasionar na mudança do espaço político de participação e nas práticas de interação entre autarquia e cidadão.

Para tanto, foram analisados sites governamentais de municípios portugueses, por considerar que este mecanismo seria a melhor forma de observar o empenho do governo em tornar o sistema eficaz na proposta de interação entre comunidade e governo e comparando os resultados com pesquisas realizadas em anos anteriores pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

2. APORTE CONCEITUALE TEÓRICO

2.1 Participação Cidadã e as Tecnologias de Informação e Comunicação

Assim como na natureza onde com o passar dos anos acontecem transformações, de mesmo modo, os processos democráticos veem se ajustando às demandas sociais visando o atendimento da sociedade da melhor forma possível. Isso não configura necessariamente novos padrões democráticos, mas sim a criação de um conjunto de mecanismos digitais que possibilitam a interação entre governantes e governados.

A janela de oportunidade criada, pelo avanço tecnológico está cada vez mais próxima do modelo teórico chamado de “Sociedade da Informação”¹. Com o crescimento da cultura *ciber*, observa-se a cada ano que passa a adesão de novos usuários que passam a se envolver e descobrir novos modos e meios de participação social e política, que vão se familiarizando com as novas linguagens, práticas, símbolos: trata-se do advento das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A literatura aborda distintas visões sobre a participação e TIC. Os estudos sobre participação, Maunuel Castells (1999) na obra intitulada a *Sociedade em rede*, trata da integração da comunicação eletrônica na qual se aborda a evolução nos mecanismos de interação, desde a invenção do alfabeto por volta de 700 a.C. até a metalinguagem que integra as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana. (CASTELLS, 2001) discorre sobre a cultura de internet, estruturando-a em quatro pressupostos: a cultura tecnomeritocrata, a cultura hacker, a cultura comunitária e a cultura empreendedora, que juntas contribuem para a ideologia de liberdade na rede, a qual é a responsável por maior adesão de usuários, observado também nos estudos de Pippa Norris (2001) com uma visão mais equilibrada das implicações das interações da internet e da política, contrariando o credo de que a internet não afetaria a democracia ou espaços políticos, reflexões sobre essa interação no espaço virtual, o formato das redes e a interação política cidadã não é uma problemática recente, sendo abordada em trabalhos pioneiros como *Democracia e participação* (LUCAS, 1975) que debate sobre a participação na América e na Europa. (ARTERTON, 1987) em *Teledemocracy – can technology protect democracy?* Expõe o aperfeiçoamento da democracia através do uso político das tecnologias. (TEIXEIRA, 1997) afirma que a participação cidadã só acontece quando dois elementos ocorrem: o primeiro é “fazer ou tomar parte” indivíduos, sejam grupos ou organizações que defendam identidades

¹ UNESCO, Institute for Statistics. **Measuring and monitoring the information knowledge societies: a statistical challenge**. Unesco. 2003.

e valores; o segundo é a cidadania que engloba universalidade, generalidade, direitos, deveres e igualdade.

Com a criação de uma nova abordagem, foram adaptados os antigos ritos para melhor atendimento da sociedade por meados da década de 80, resultando nas TIC que cada vez mais foram sendo adaptadas para melhor atender o cidadão em geral, com práticas de classificação cotidianas, disseminação de informações em sua totalidade eletrônica e conservação de acervo, metodologias de interação. Em geral as Tecnologias de Informação e comunicação, são tecnologias de compartilhamento de informação e diálogo, exemplo: softwares, websites e telefonia. Hoje já é comum no poder público o termo *e-democracy* usado coloquialmente por democracia eletrônica. Trata-se em suma, da oferta de serviços públicos aos usuários via internet, telefone, smartphones e abrangem a melhoria na administração² pública e na democracia, assegurando que ambos possam ser realizados.

Como mencionado, esta monografia examina a ocorrência destes dois elementos: participação cidadã e TIC. Ressalta-se que as TIC são o elemento principal para que a participação cidadã ocorra no processo democrático, levando-se em conta que sem este mecanismo, grande parte da população não seria capaz de participar, interagir, reclamar e sugerir quaisquer assuntos, não só pelo ônus de locomoção para os órgãos e tempo, como a própria falta de conhecimento de possível participação nos ambientes políticos.

“A abertura dos canais de comunicação com a sociedade com a utilização da internet implica também uma mudança na forma de governar, o que significa aceitar a transparência, a participação do público e uma maior proximidade com os interesses sociais. Mas é óbvio que sem a mobilização da sociedade civil tal mudança nunca ocorrerá. Sem uma grande mobilização para a cidadania, governos insistirão em agir sozinhos.”³

Diante do exposto, verifica-se que, não basta apenas a abertura para participação política, mas também é necessária a existência de vontade popular para que de fato as mudanças ocorram, pois qual será a funcionalidade dos canais de comunicação, se não há pessoas para interagir, cobrar, questionar ou opinar.

² Cunha, Maria Alexandra Viegas Cortez da. **Meios Eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo**. X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, Chile. 2005.

³ BATISTA, Carlos M. Participação **Eletrônica: Informação cidadã nos municípios Europeus e Sul-Americanos**. *Revista do CEAM*, V. 2 n. 1. Brasil, Brasília. 2013.

3. COLETA DE DADOS

Para a realização da pesquisa foi realizado o levantamento de todos os municípios portugueses no segundo semestre de 2018, mas existe uma peculiaridade no país este atualmente é dividido administrativamente em 18 distritos que englobam 308 municípios (ou conselhos), ao todo 274 continentais, que se subdividem de 4.257 freguesias, portanto, os municípios além mar (ilhas) estão excluídos do universo de análise deste trabalho. Em relação aos portais, ao invés de existirem dois sites distintos, uma para o executivo e outro para o legislativo, há apenas um site por conselho, onde é possível encontrar informações sobre a Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa no mesmo link, a coleta de dados foi baseada nas informações obtidas nos sites dos municípios, posteriormente utilizou-se dos *softwares* Excel, SPSS e SPAD para tratamento dos dados.

4. METODOLOGIA

4.1 Estudo das Variáveis

Utilizando como base o cadastro de municípios, obtidos no site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), adotou-se como critério a amostragem proporcional estratificada, sendo considerados todos os municípios e conselhos portugueses, continentais, contabilizados em 274 unidades de observação, que estão distribuídos em 18 distritos e analisadas 21 variáveis qualitativas nominais, na relação constam 22, mas a variável “Lei Orgânica” não se aplica ao país, por não existir tal documento, mas é apresentada devido pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, à fins de comparação. Sendo elas:

1. Regimento Interno
2. Ordem do dia
3. Estrutura da Casa
4. Lista Parlamentares
5. Acesso Parlamentares
6. Estrutura Comissões
7. Contato Prefeitura
8. Acesso à Licitações e Contratos
9. Contato com o Prefeito
10. Fala Cidadão
11. Acesso Partido
12. Telefone para Contato
13. E-mail para Contato
14. Denúncias/Sugestões/Críticas
15. Lei Orgânica
16. Notícias/Informativos
17. Relatórios de Gestão Fiscal
18. Despesas Correntes
19. Despesas de Capital
20. Receitas Correntes
21. Receitas de Capital

22. Acesso a Redes Sociais

Posteriormente optou-se pela subdivisão das 22 variáveis nominais em 4 categorias de acordo com o tipo de informação obtida em cada, sendo essas: Informação Institucional, Informação Processual, Informação Interativa, Prestação de Contas ou *Accountability*.

Informação Institucional: Diz respeito a regras de funcionamento, estrutura, delineamento das instituições estudadas que neste trabalho por analisar o caso português faz referência ao poder legislativo, portanto à Assembleia Legislativa, por sua vez formada pelas variáveis:

- Regimento Interno
- Estrutura da Casa
- Estrutura das Comissões
- Lei Orgânica

Informação Processual: Variáveis que se referem ao cotidiano como, agenda, cronogramas, composição da casa, votações do poder legislativo local. Formada por:

- Agenda
- Lista Parlamentares
- Notícias/Informativos

Informação Interativa: Composta por variáveis que possibilitem o contato e interação entre cidadãos e a autarquia municipal. Fazem parte deste grupo:

- Fala cidadão
- Telefone
- E-mail
- Acesso Partido
- Acesso Parlamentares
- Denúncias/Sugestões/Críticas
- Contato Prefeito
- Contato Prefeitura
- Redes Sociais

Prestação de Contas ou *Accountability*: Agrega as variáveis que fazem referência a indicadores que possibilitam acompanhamento de contas e orçamentos:

- Relatórios de Gestão Fiscal
- Acesso a Licitações
- Receitas de Capital

- Receitas Correntes
- Despesas de Capital
- Despesas Correntes

Foram verificados todos os sites municipais, a ausência ou presença dessas variáveis, onde se marcava um quando era encontrada a informação e zero para quando não era observada a disponibilidade da variável no site de cada concelho utilizaram-se os endereços fornecidos pela ANP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Tabela 1: Instrumento de Coleta de Dados

Distrito	Município	Link dos sites	Legislativo					
			Regimento Interno	Ordem do dia (agenda)	Casa (Estrutura)	Parlamentares (Lista)	Parlamentares (acesso)	Comissões (Estrutura)
Porto	Paredes	http://www.cm-paredes.pt/	0	1	0	1	1	0
Guarda	Guarda	http://www.mun-guarda.pt	0	0	1	1	0	0

Fonte: dados coletados e tratados pela autora

As variáveis agrupadas foram do seguinte modo:

Tabela 2: Categorias das Variáveis Agrupadas

<i>no_info</i>	Não há disponibilidade de informação
<i>Insuf</i>	Disponibilidade de informação insuficiente
<i>Reg</i>	Disponibilidade de Informação regular
<i>Elevada</i>	Disponibilidade de informação elevada
<i>total_info</i>	Disponibilidade de informação total

Fonte: dados coletados e tratados pela autora

As categorias foram definidas a partir do número de ocorrência das variáveis dentro de cada agrupamento, considerando o exemplo de uma categoria formada por quatro variáveis, as modalidades consideraram a disponibilidade de informação da seguinte forma:

Tabela 3: Disponibilidade de Informações

<i>no_info</i>	Nenhuma “característica encontrada”: 0 em 4 - (0,0)
<i>Insuf</i>	Um caso de “característica encontrada”: 1 em 4 – (0,25)
<i>Reg</i>	Dois casos de “características encontradas”: 2 em 4 – (0,50)
<i>Elevada</i>	Três casos de “características encontradas”: 3 em 4 – (0,75)
<i>total_info</i>	Quatro casos de “características encontradas”: 4 em 4 – (1,0)

Fonte: dados coletados e tratados pela autora

5. ANÁLISE DA BASE DE DADOS

O formato da pesquisa possibilitou a criação de parâmetros que quantitativamente e qualitativamente demonstram a possibilidade de interação do cidadão através do portal poder público municipal. A seleção das variáveis é de suma importância, pois cada uma delas expressa um aspecto da participação-cidadã no governo eletrônico. Tendo como exemplo o e-mail para contato direto com o órgão, é um mecanismo essencial para a comunicação não só local, mas a interação de cidadãos fora da localidade que através da internet podem interagir, indagar e opinar.

Nesta seção as 21 variáveis serão analisadas através dos agrupamentos “Informação Institucional”, “Informação Processual”, “Informação Interativa”, “Prestação de Contas ou *Accountability*”, referentes à coleta do período de setembro a novembro de 2018, comparando posteriormente com pesquisas realizadas no Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB nos anos 2010, 2012, 2013 e 2016, sob supervisão do Professor Carlos Marcos Batista.

As variáveis escolhidas partem do pressuposto de interação, participação e influência das informações disponíveis para a população, ou seja, são os canais de interação e participação que a comunidade em geral pode ter acesso. Deste modo as variáveis têm por objetivo corresponder e atender a preocupação teórica.

5.1 Comportamento da oferta de informação cidadã nos sites

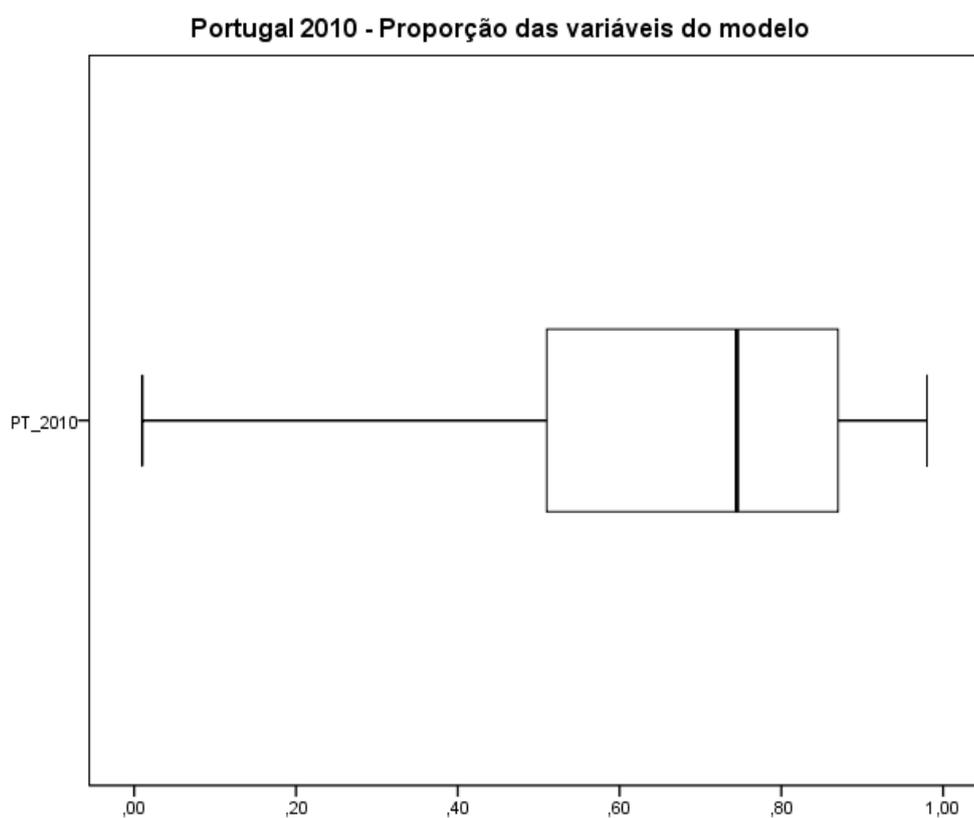
Pela existência de pesquisas realizadas anteriormente a comparação do comportamento das variáveis ao longo dos anos apontam resultados interessantes, pois partindo de uma suposição otimista, admitindo a melhoria na oferta de informação dos *sites* dos municípios visitados, os dados auxiliam a vislumbrar de melhora ao longo do tempo.

Lembrando que, no caso português foi desconsiderada a variável lei orgânica e que no ano de 2010, a variável “redes sociais” não foi considerada na amostra, passando a ser contabilizada a partir do ano de 2012.

A análise do *boxplot* (Gráfico 1) do ano de 2010, permite inferir a existência da concentração das variáveis acima de 55% de presença das observações, sendo a mediana de 55%, ainda é possível visualizar a inexistência de *outliers*, ou seja, valores que sejam muito

inferiores ou muito superiores, deste modo, todos se encontram dentro do *cauda inferior* e do *cauda superior*.

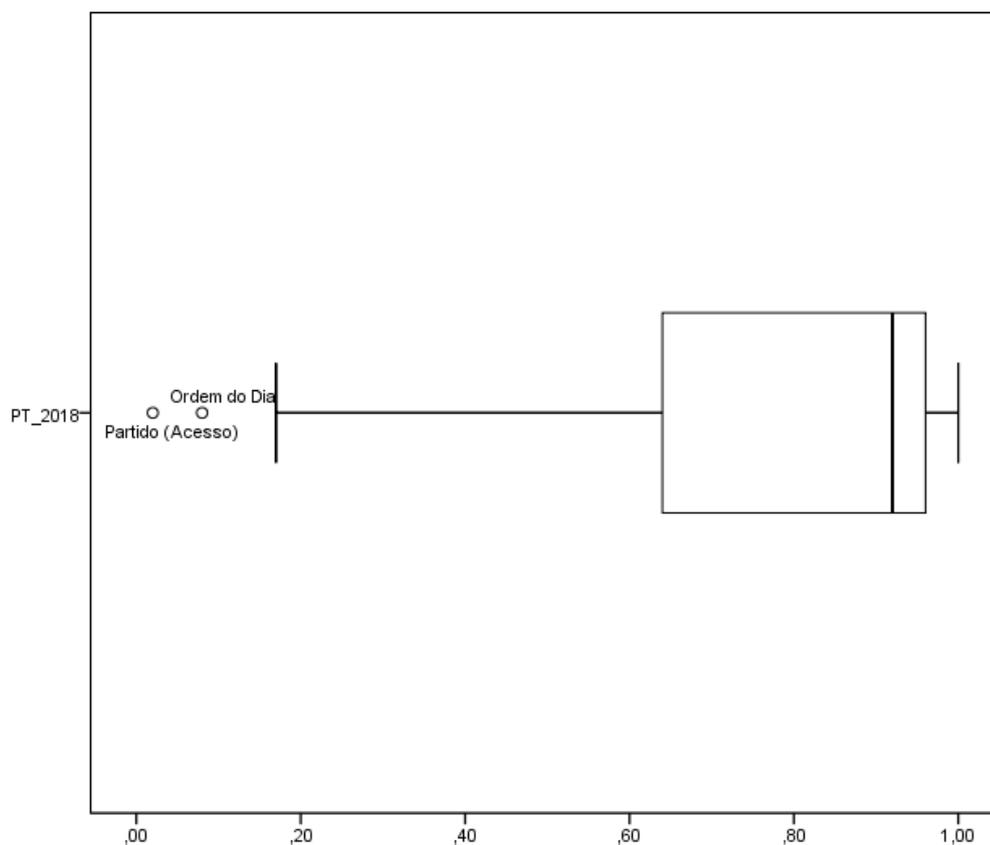
Gráfico 1. Diagrama de caixa de Oferta de Informação nos sites no ano de 2010.



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

O Gráfico 2 abaixo, reporta os dados de 2018, se pode observar uma mediana verificada em tal amostra definida em 61,57%. “Ordem do dia” e “Acesso Partidos” aparecerem como *outliers*, são variáveis que obtiveram valores inferiores que dispersaram da “cauda”.

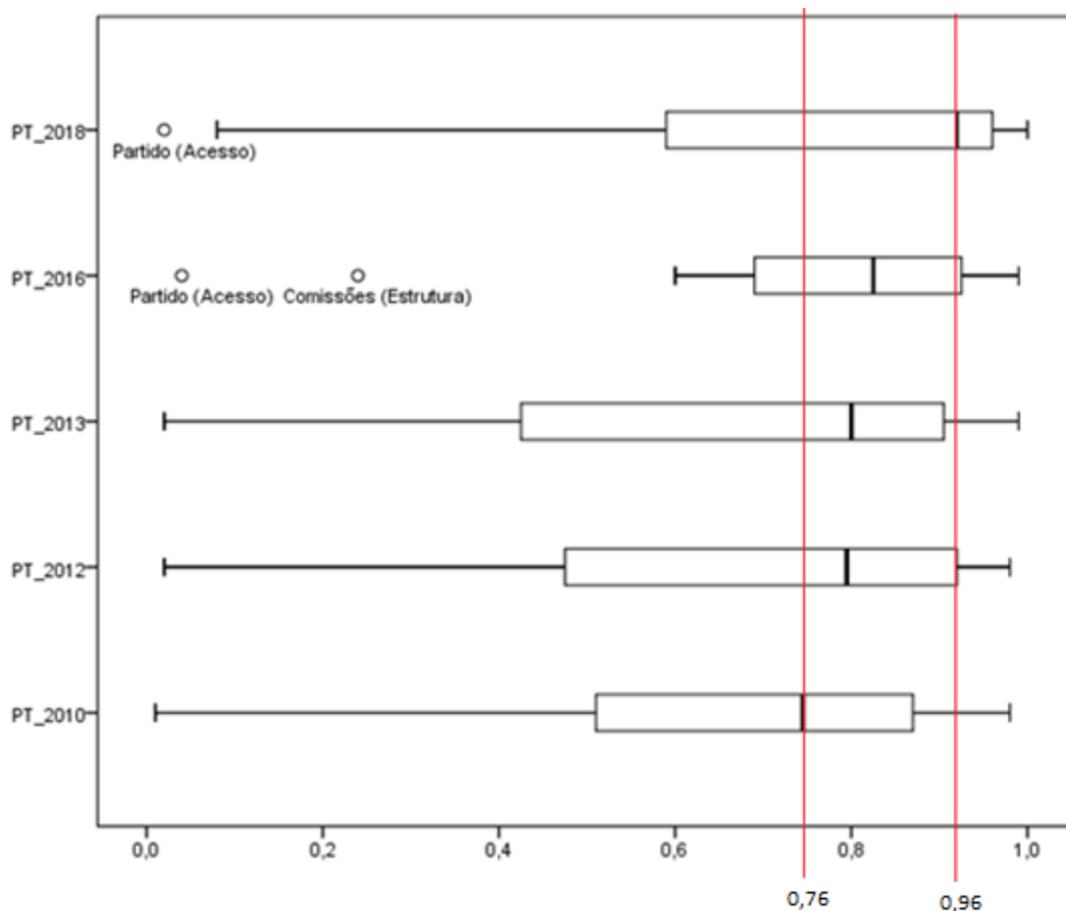
Gráfico 2. Diagrama de caixa de Oferta de Informação nos sites no ano de 2018.



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

O Gráfico 3 demonstra que em 2010 a média dos sites portugueses era de 76% de frequência e em 2018 a ocorrência é de 96%, ocasionando 20% de aumento da disponibilidade de informações nos portais ao longo dos anos observados, que elucida um cenário otimista de quase total disponibilidade das variáveis.

Gráfico 3. Diagrama De Caixa Proporções Das Variáveis Do Modelo Nos Intervalos de 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018.



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Estrutura das assembleias municipais portuguesas

Fundamental salientar que a estrutura do poder legislativo municipal português, diverge do sistema brasileiro, as assembleias legislativas são os órgãos deliberativos dos municípios de Portugal e são compostas por membros, diferentemente do Brasil, onde quem atua neste papel são os deputados municipais. As estruturas das assembleias já são pré-definidas: um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário eleitos por voto secreto na própria assembleia municipal.

As assembleias municipais têm poder deliberativo limitado justamente devido o legislativo anualmente realizar apenas cinco sessões ordinárias, nos meses: fevereiro, abril,

setembro, novembro ou dezembro e da própria divisão dos órgãos de decisão, que no caso português são quatro: Assembleia da República, duas assembleias regionais (correspondem às regiões autónomas: Madeira e Açores), 308 assembleias municipais e 4.257 assembleias de freguesias.

As atribuições das assembleias municipais são: apreciação do inventário de todos os bens, regularização do património, apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas e planeamento para o ano subsequente, de modo geral, a promoção e proteção dos interesses próprios da sua respectiva população, em articulação com as freguesias.

Assim, apresentadas as peculiaridades do caso português é possível apresentar os resultados obtidos a partir da pesquisa.

Tabela 4: Ocorrência das Variáveis no ano de 2018 – Câmara Municipal

Nº	Variáveis	%
1	Fala Cidadão	64
2	Acesso Parlamentares	17
3	Acesso a licitações e contratos	83
4	Relatórios de Gestão Fiscal	92
5	Despesas Correntes	95
6	Despesas de Capital	95
7	Receitas Correntes	96
8	Receita de Capital	96
9	Telefone para Contato	96

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

A ocorrência da caixa de diálogo conforme a Tabela 4, em 64% dos sites demonstra a preocupação da autarquia em se ter um canal direto e de fácil utilização para os seus cidadãos, fazendo com que a participação cidadã seja fortalecida pela facilidade.

5.2 Análise das variáveis agrupadas

Como apresentado na metodologia deste trabalho, as variáveis foram agrupadas para serem analisadas, de acordo com o tipo de informação a qual está fornecida, sendo estas:

I – Informação Institucional: Regimento interno, estrutura das comissões e estrutura da casa.

II – Informação Processual: Agenda, lista parlamentares e notícias (site informativo).

III – Informação Interativa: Fala cidadão, telefone, e-mail, acessos partidos, acesso parlamentares, denúncias/sugestões, contato com o prefeito, contato com a prefeitura e redes sociais.

IV: Prestação de Contas ou *accountability*: Acesso a licitações e contratos, relatórios de gestão fiscal, despesas correntes, receitas correntes, despesas de capital e receitas de capital.

5.2.1. Informação Institucional

A informação institucional considera as estruturas legais ou normativas que regem as instituições municipais. O “regimento interno” é o documento que ordena os trabalhos dentro da comuna e os procedimentos legislativos das assembleias. A “estrutura da casa” determina a hierarquia e as funções dentro da instituição. A “estrutura das comissões” está relacionada à composição das comissões, bem como seus membros.

As modalidades de análise para estes agrupamentos são as seguintes:

Zero caso em três (0/3) = não informação

Um caso em três (1/3) = Regular informação

Dois casos em três (2/3) = Elevada informação

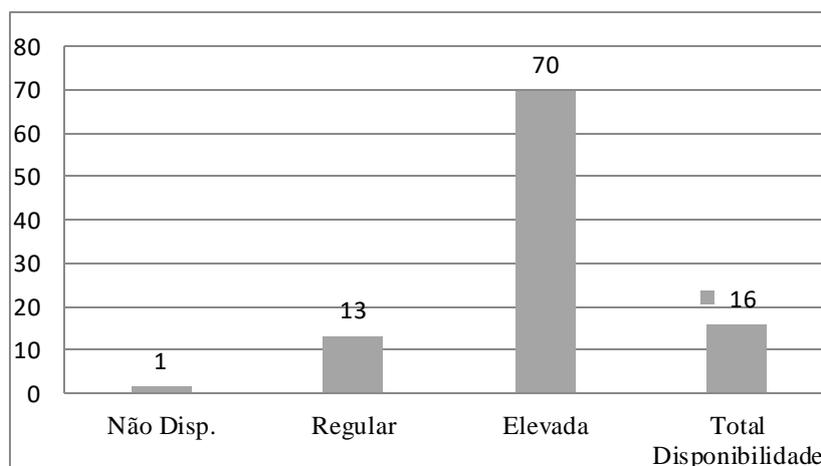
Três casos em três (3/3) = Total informação

Tabela 5: Disponibilidade de Informação Institucional em 2018

Disponibilidade	Freq. Absoluta	%
Não Informação = 0/3	4	1,46
Regular Informação = 1/3	36	13,14
Elevada Informação = 2/3	191	69,71
Total Informação = 3/3	43	15,69

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Gráfico 4: Disponibilidade de Informação Institucional em 2018 (em %)

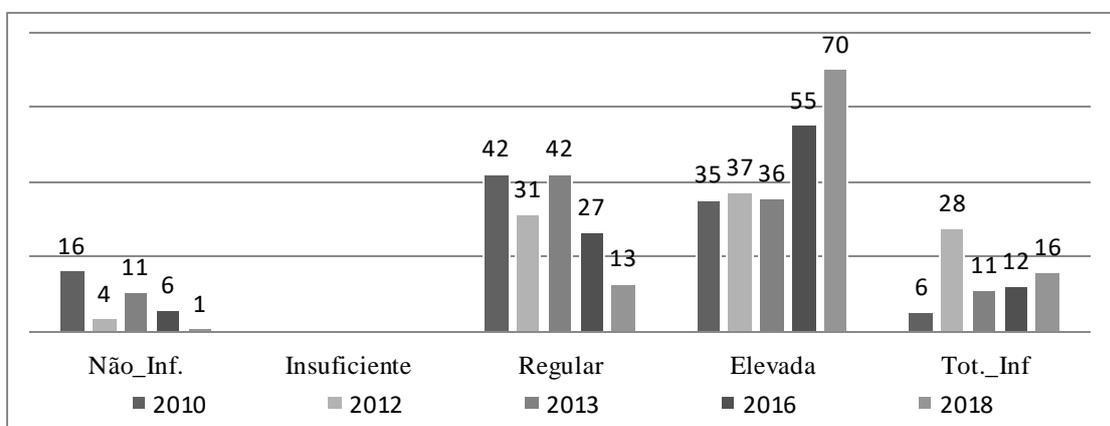


Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

No Gráfico 4 e na Tabela 5, possível observar que aproximadamente 70% (69,71%), dos sites visitados apresentavam a maior parte das variáveis correspondentes à informação institucional em “informação elevada”, que assegura a presença de pelo menos 2 variáveis do agrupamento. A segunda maior frequência foi a “informação total disponibilidade” com aproximadamente 16% (15,69%) dos casos, onde ao menos 1 das variáveis foi encontrada e em “informação irregular” a frequência foi de 13,14% e por fim, 1,46% dos *sites* visitados não apresentaram nenhuma variável de informação do tipo institucional.

Conforme apontado, já foram realizadas pesquisas em anos anteriores, com a mesma metodologia e variáveis, possibilitando a comparação ao longo dos anos de 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018, a observar se existe progressão na disponibilidade das informações.

Gráfico 5: Disponibilidade de Informação Institucional em 2010, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Observando o Gráfico 5, a mudança ao longo de oito anos da primeira pesquisa em 2010 e a última realizada em 2018, demonstra que a categoria “informação elevada” continua crescendo e em ambos os anos foram as com maiores frequências, outro dado que merece destaque é a progressão de “total informação” na primeira amostra representava apenas 6% e na última observação alcançou 16% de disponibilidade das informações.

5.2.2. Informação Processual

A informação processual é composta por processos internos das assembleias legislativas e, portanto, é formada por variáveis referentes à ordem do dia, lista de parlamentares e também inclui “notícias” (site informativo).

As modalidades para análise deste agrupamento são:

Zero caso em três (0/3) = Não Informação

Um caso em três (1/3) = Regular Informação

Dois casos em três (2/3) = Elevada Informação

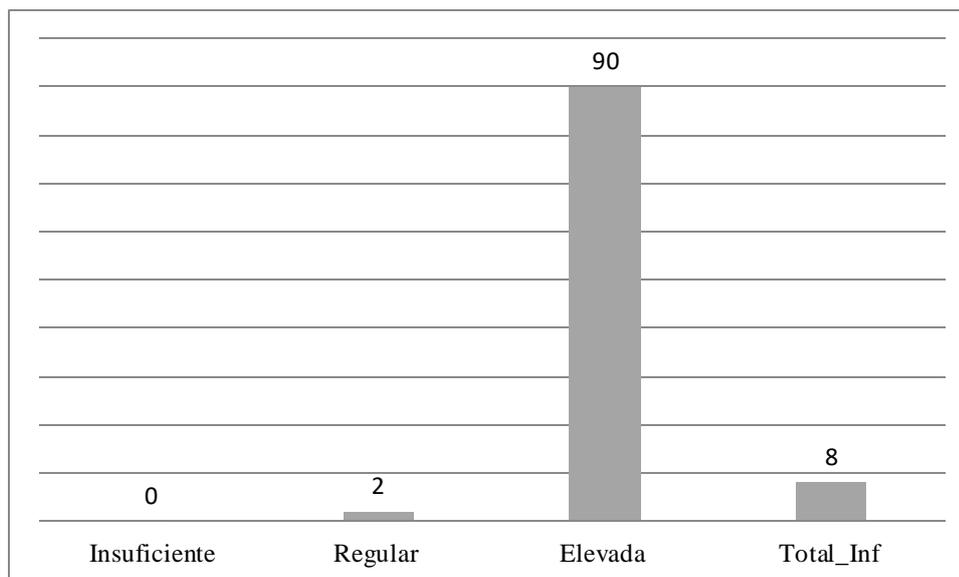
Três casos em três (3/3) = Total Informação

Tabela 6: Disponibilidade de Informação Processual em 2018

Disponibilidade	Freq. Absoluta	%
Não Informação = 0/3	0	0
Regular Informação = 1/3	5	1,82
Elevada Informação = 2/3	248	90,51
Total Informação = 3/3	21	7,66

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

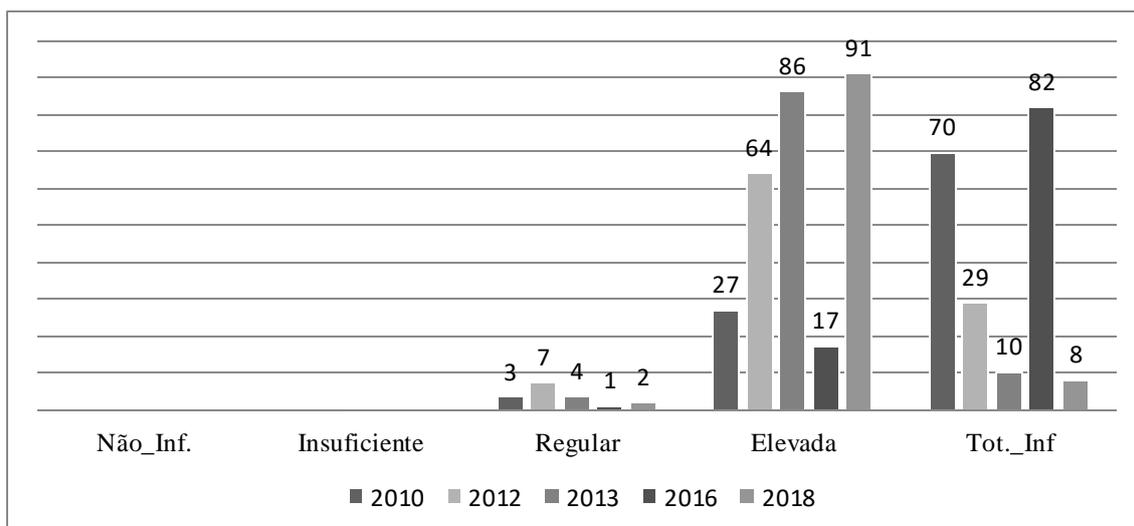
Gráfico 6: Disponibilidade de Informação Processual em 2018 (em %)



Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Neste agrupamento, como se pode observar no Gráfico 6 e na Tabela 6 a modalidade com maior frequência foi a “informação elevada“ com 90,51%, demonstrando que dos *sites* visitados ao menos duas variáveis foram observadas, seguida da “total disponibilidade” onde todas puderam ser encontradas aproximadamente 8% de todas as informações.

Gráfico 7: Disponibilidade de Informação Processual em 2010, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

No Gráfico 7 podemos observar que, a disponibilidade de informações do agrupamento processual sempre foi muito frequente o que demonstra a preocupação da autarquia com o cidadão para que o mesmo esteja sempre informado tanto da programação interna quanto dos acontecimentos pelo município. Interessante salientar que em nenhum dos anos observados apresentam “informação insuficiente”, em todas as pesquisas foi encontrado ao menos uma variável nos *sites*.

5.2.3. Informação Interativa

A informação interativa engloba as variáveis que possibilitam interação entre o cidadão comum e as instituições municipais, sendo este agrupamento importante para compreender a participação cidadã, pois os mecanismos presentes que possibilitam toda a militância virtual através destes canais de comunicação com o poder público.

As modalidades para a análise deste agrupamento são:

Zero caso em nove (0/9) = Não Informação

Um caso em nove (1/9) + Dois casos em nove (2/9) = Insuficiente Informação

Três casos em nove (3/8) + Quatro casos em nove (4/8) + Cinco casos em nove (5/9) = Regular Informação

Seis casos em nove (6/9) + Sete casos em nove (7/9) = Elevada Informação

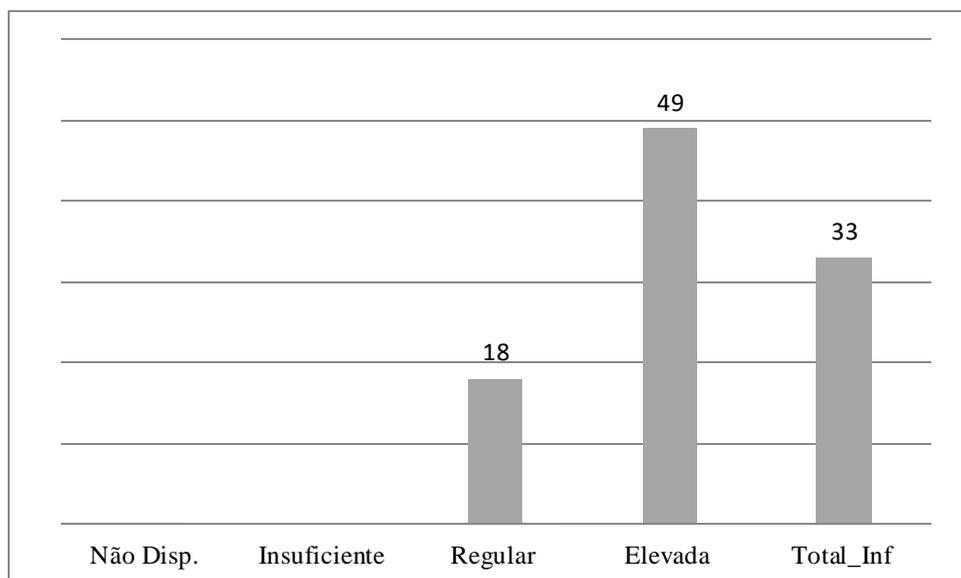
Oito casos em nove (8/9) + Nove casos em nove (9/9) = Total Informação

Tabela 7: Disponibilidade de Informação Interativa em 2018

Disponibilidade	Freq. Absoluta	%
Não Informação = 0/9	0	0
Insuficiente Informação = 1/9 + 2/9	1	0,36
Regular Informação = 3/9 + 4/9 + 5/9	49	17,88
Elevada Informação = 6/9 + 7/9	134	48,91
Total Informação = 8/9 + 9/9	90	32,85

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Gráfico 8: Disponibilidade de Informação Interativa em 2018 (em %)

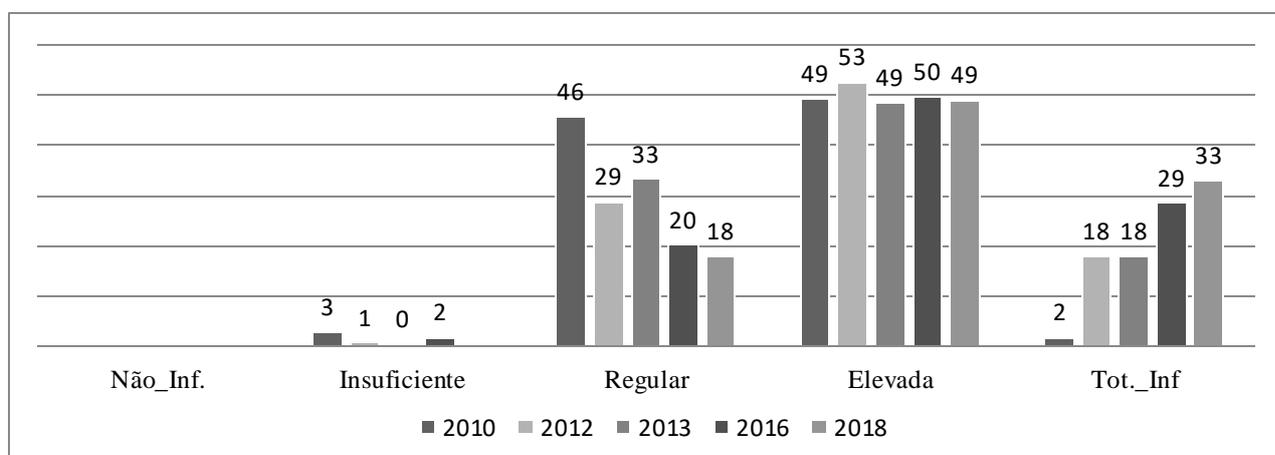


Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Sendo o maior agrupamento, a variável com mais frequência foi “contato prefeitura” aparecendo em 273 dos 274 municípios, seguida por “acesso parlamentares” com 268 observações.

Com base na Tabela 7 e do Gráfico 8, é possível observar que 49% dos sites apresentam de seis a sete variáveis, resultado impressionante pela quantidade das mesmas, demonstrando a preocupação dos órgãos em canais de comunicação, fortalecendo a participação cidadã e que apenas um site possui informação insuficiente.

Gráfico 9: Disponibilidade de Informação Interativa em 2010, 2012, 2013 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

A análise do Gráfico 9, demonstra que ao longo do tempo a frequência das variáveis foi aumentando, em 2010 “informação regular” obtinha 46% das ocorrências, em 2018 essa proporção cai para 18% e ao mesmo em que no primeiro ano “total informação” resultava em apenas 2%, diferentemente de 2018 onde foram obtidos 33%, ou seja foi possível observar entre oito e nove variáveis nos sites.

5.2.4. Prestação de Contas ou Accountability

A prestação de contas é outra categoria crucial para a participação cidadã, pois as variáveis que a compõem são ferramentas de acompanhamento dos gastos, contas e aplicação dos recursos monetários públicos.

As modalidades para análise deste agrupamento são:

Zero caso em seis (0/6) = Não Informação

Um caso em seis (1/6) = Insuficiente Informação

Dois casos em seis (2/6) + Três casos em seis (3/6) = Regular Informação

Quatro casos em cinco (4/6) + Cinco casos em seis (5/6) = Elevada Informação

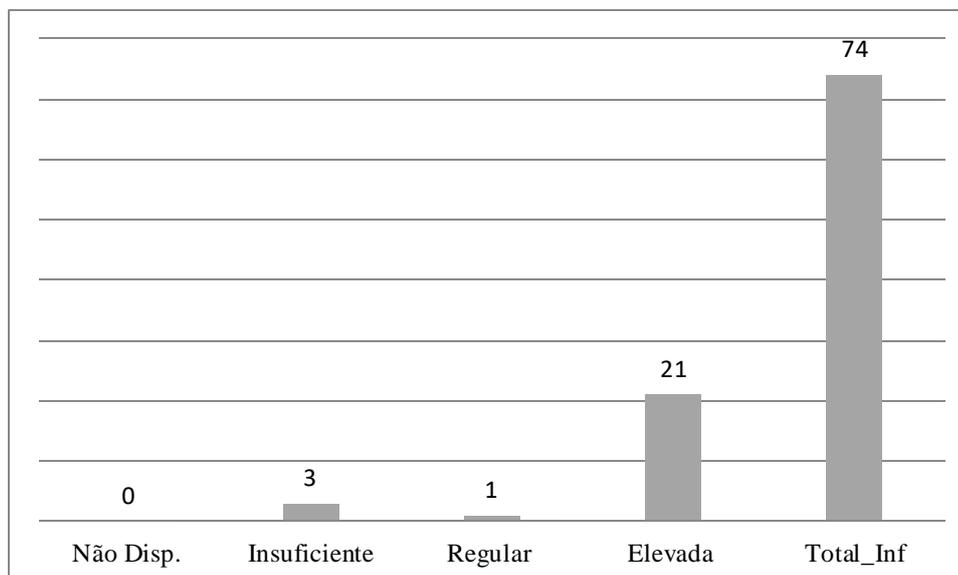
Seis casos em seis (6/6) = Total Informação

Tabela 8: Disponibilidade de Informação de Prestação de Contas ou Accountability em 2018

Disponibilidade	Freq. Absoluta	%
Não Informação = 0/6	0	0
Insuficiente Informação = 1/6	9	3,28
Regular Informação = 2/6 + 3/6	3	1,09
Elevada Informação = 4/6 + 5/6	58	21,17
Total Informação = 6/6	204	74,45

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

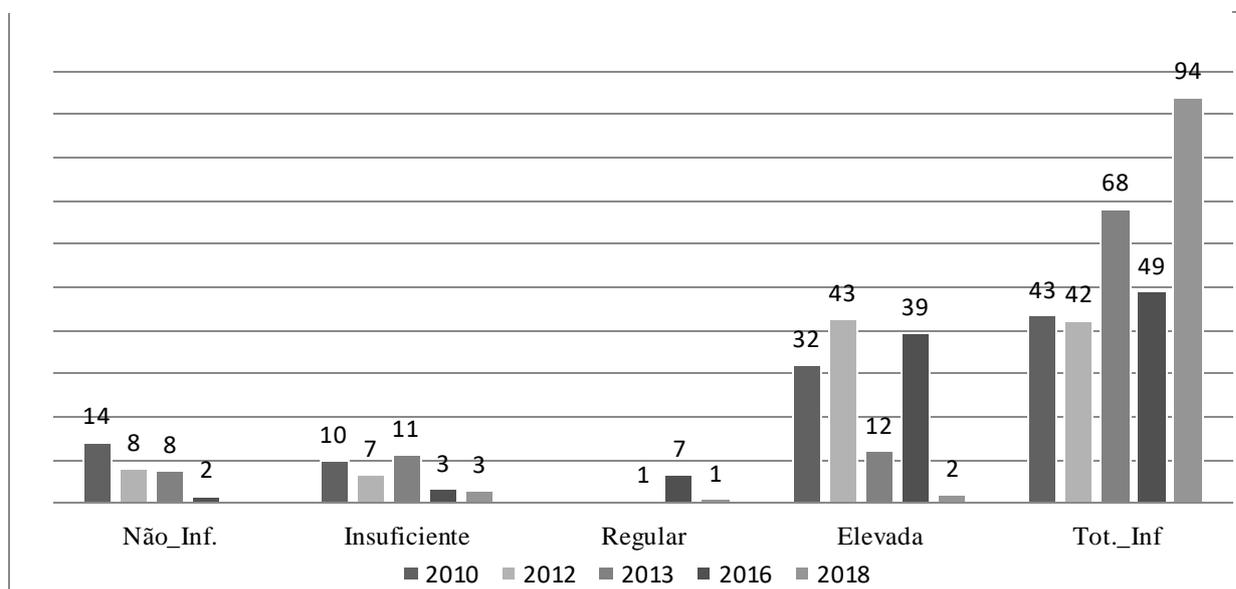
Gráfico 10: Disponibilidade de Informação de Prestação de Contas ou Accountability em 2018



Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Os resultados da Tabela 8 e do Gráfico 10, demonstra que a frequência em 74% de “Total Informação” dos sites foi possível obter todos os relatórios fiscais, o que é um indicador excelente que pode ser explicado devido à legislação portuguesa que torna obrigatória a publicidade dos documentos provisionais e de prestação de contas, durante a pesquisa foi observado que quando se encontrava uma aba com intitulação fiscal, todos os documentos eram facilmente encontrados. Das variáveis desse agrupamento a que teve menos incidência nos sites dos municípios foi “Acesso a licitações e contratos” com 82,85% e as de maior incidência foram “Despesas correntes” e “Despesas de capital” ambas com 94,89%.

Gráfico 11: Disponibilidade de Informação de Prestação de Contas ou Accountability em 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Com base o Gráfico 11 se nota que as variáveis de prestação de contas desde a primeira pesquisa sempre foram encontradas, demonstrando desta forma que os portais portugueses cumprem a Lei nº 46 de 24 de agosto de 2007, que estabelece a obrigação do fornecimento de informações de despesas e receitas. Cabe ressaltar ainda, que ao longo dos anos observados a “não informação” de 14% passou para 2% e a “informação insuficiente” de 10% para 3%, assim evidencia a melhora no fornecimento das informações, como apontado em 2018, foram encontradas as seis informações em 94% dos *sites*.

6. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA OFERTA DE INFORMAÇÃO

Tabela 10: Sumário das proporções da ocorrência das variáveis nos sites, por ano (em %)

Indivíduos		2010	2012	2013	2016	2018
1	Regimento interno	45	57	51	73	92
2	Lei orgânica*					
3	Estrutura da Casa	74	92	79	75	87
4	Estrutura das comissões	9	38	16	24	19
5	Ordem do dia	73	29	10	83	8
6	Lista parlamentares	94	92	79	75	87
7	Fala cidadão	45	42	42	63	64
8	Telefone para contato	97	98	99	92	96
9	E-mail para contato	96	97	97	87	94
10	Acesso a partidos	1	2	2	4	2
11	Acesso a parlamentares	80	10	36	80	17
12	Contato/Denúncias	52	61	43	87	65
13	Contato com a prefeitura	97	93	96	99	100
14	Notícias	98	98	99	99	100
15	Relatório de gestão fiscal	72	75	78	84	92
16	Licitação e contratos	55	53	81	65	83
17	Contato com o prefeito	50	55	49	60	54
18	Despesas correntes	75	84	85	82	95
19	Despesas de capital	75	84	85	82	95
20	Receitas correntes	75	84	85	93	96
21	Receitas de capital	75	84	85	93	96
22	Redes sociais	0 **	55	52	86	96

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

* Variável não considerada nesta pesquisa

** Variável não observada no ano de 2010

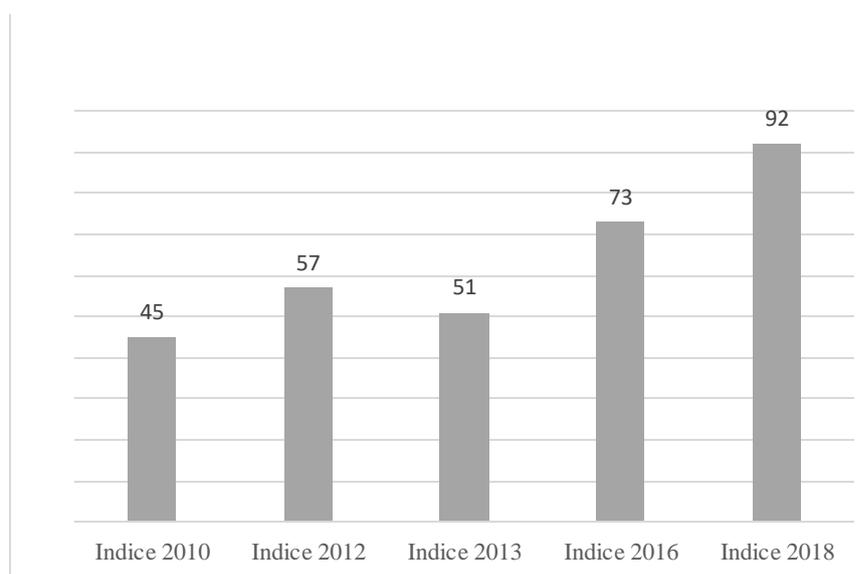
O conjunto das variáveis escolhidas pode ser explicado por conformação teórica, de modo geral, trata-se do agrupamento de canais de informação, influência e participação de forma que a população tenha acesso.

Este capítulo tem por objetivo analisar as variáveis ao longo dos anos de pesquisa, lembrando que “regime interno” foi desconsiderado e que “redes sociais” só foi observada a partir da amostra de 2012.

6.1. Regimento Interno

Conforme Gráfico 12 abaixo se pode observar aumento na disponibilidade do regimento interno nos *sites* portugueses, documento este composto por um conjunto de normas definidas por um grupo para regulamentar o funcionamento de organizações, entende-se que a população possa interagir com o governo à medida que tenha conhecimento dos aspectos formais ou institucionais das autarquias.

Gráfico 12: Disponibilidade de Regimento Interno nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

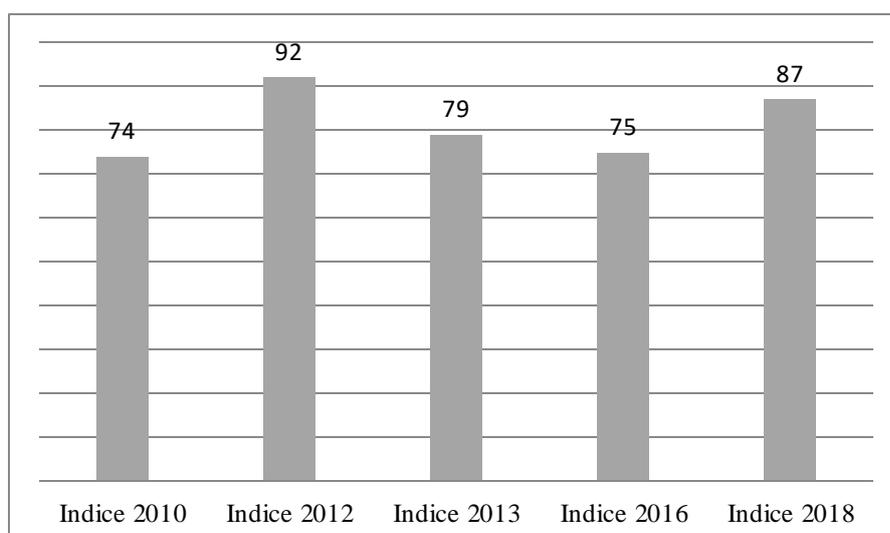


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.2. Estrutura da Casa

Documento que delimita a estrutura organizacional da autarquia, essencial para a compreensão das atribuições, hierarquia, processo legislativo, possui uma frequência constate em todos os anos, resultado positivo pois demonstra a preocupação em disponibilizar informações básicas

Gráfico 13: Disponibilidade Estrutura da Casa nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

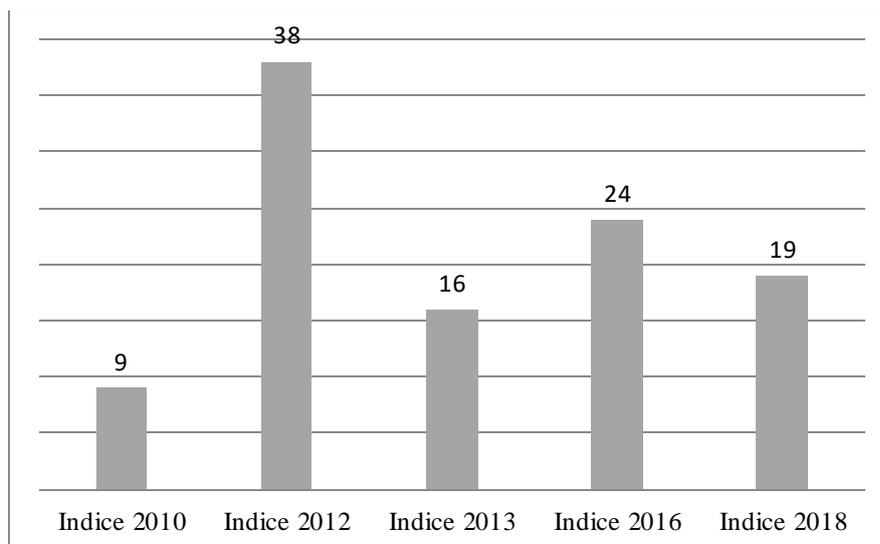


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.3. Estrutura das Comissões

Nesta variável é considerada encontrada quando se localiza no portal, a estrutura e composição das comissões. A baixa frequência é surpreendente por ser o *site* oficial do município.

Gráfico 14: Disponibilidade Estrutura das Comissões nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

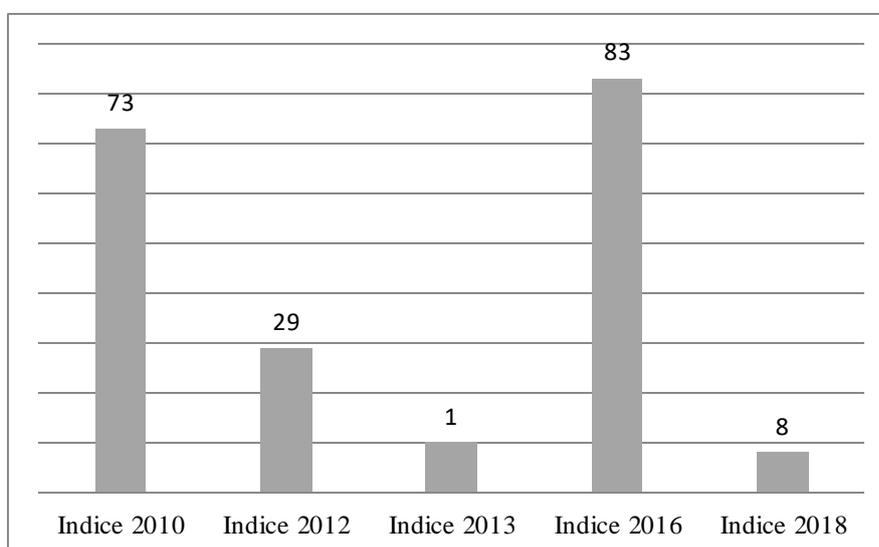


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.4. Ordem do Dia

Foi considerada encontrada a variável “ordem do dia” quando possível obtiver a agenda das assembleias municipais, com pauta, participantes e horário, esta que consiste na ordem de trabalhos das reuniões plenárias e estabelece a sequência dos tópicos para cada reunião pelo presidente da Assembleia da República. Cabe salientar disparidade entre os anos devidos ajustes na amostra, muitos *sites* apresentavam calendário de reuniões ordinárias ou festividades locais, que não foram contabilizados.

Gráfico 15: Disponibilidade Ordem do dia nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

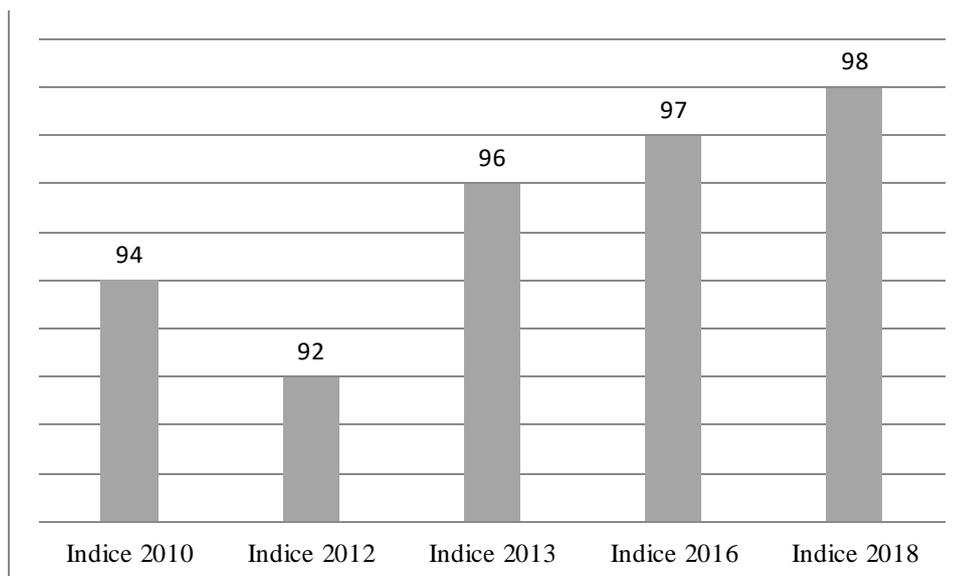


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.5. Lista Parlamentares

Esta variável considera a presença da relação dos parlamentares que compõem o legislativo do município. É uma variável que ao longo das pesquisas apresentou resultado de frequência alta, em 2010, já obtinha 94% e em 2018 foi encontrada em 98% dos *sites*.

Gráfico 16: Disponibilidade Lista Parlamentares nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

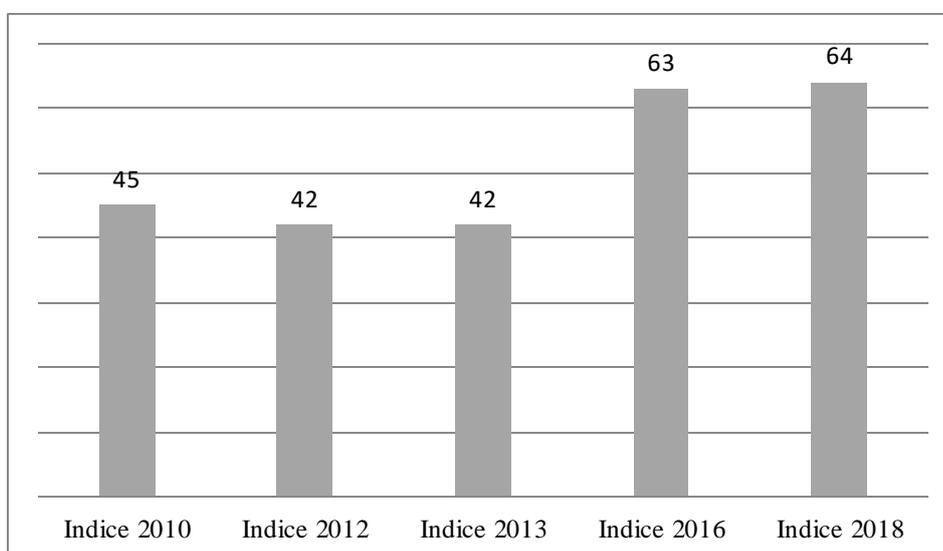


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.6. Fala Cidadão

Nesta variável foram procurados nos sites espaços para interação direta do cidadão, como caixas de diálogos (chats), ouvidorias ou tribuna livre, de modo geral uma “janela” direta no *site* para participação cidadã. Observa-se no Gráfico 17, o aumento da frequência, isso também é resultado das tecnologias de informação e comunicação, que disseminam conhecimento para que mais pessoas tenham acesso de forma prática e simples, sem a necessidade de se procurar um e-mail geral para fazer uma sugestão, por exemplo.

Gráfico 17: Disponibilidade Fala Cidadão nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

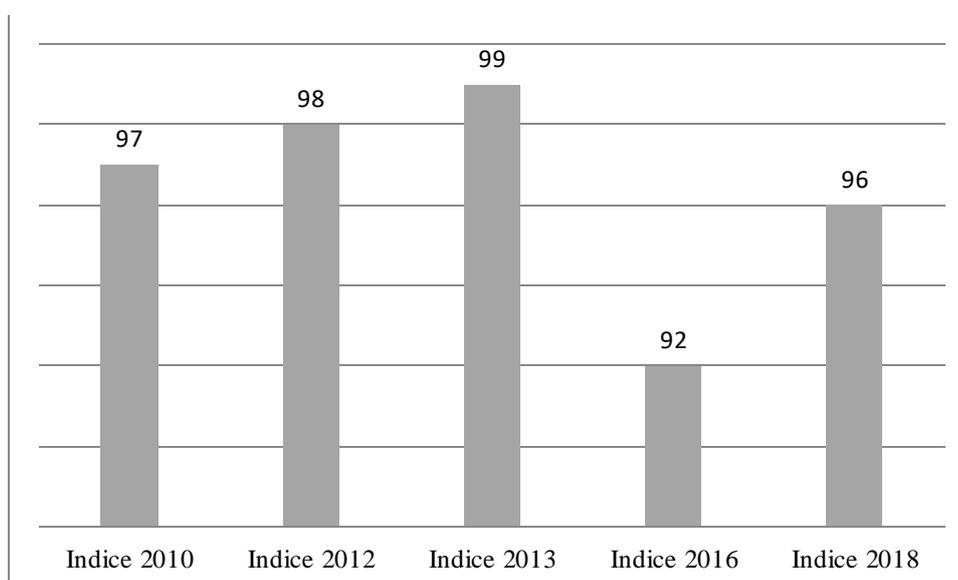


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.7. Telefone para Contato

A rede de telefonia cresceu demasiadamente nos últimos anos, explicando o fenômeno que acontece no Gráfico 18, onde o houve um pico de 99% de disponibilidade no ano de 2013 e no ano de 2018 mesmo sendo uma frequência alta de 96%, a facilidade da internet pode acarretar na adesão de telefones celulares e plataformas *online* como o *whatsapp* aplicativo de mensagens, vídeos e chamadas que utilizam internet.

Gráfico 18: Disponibilidade de Telefone para Contato nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

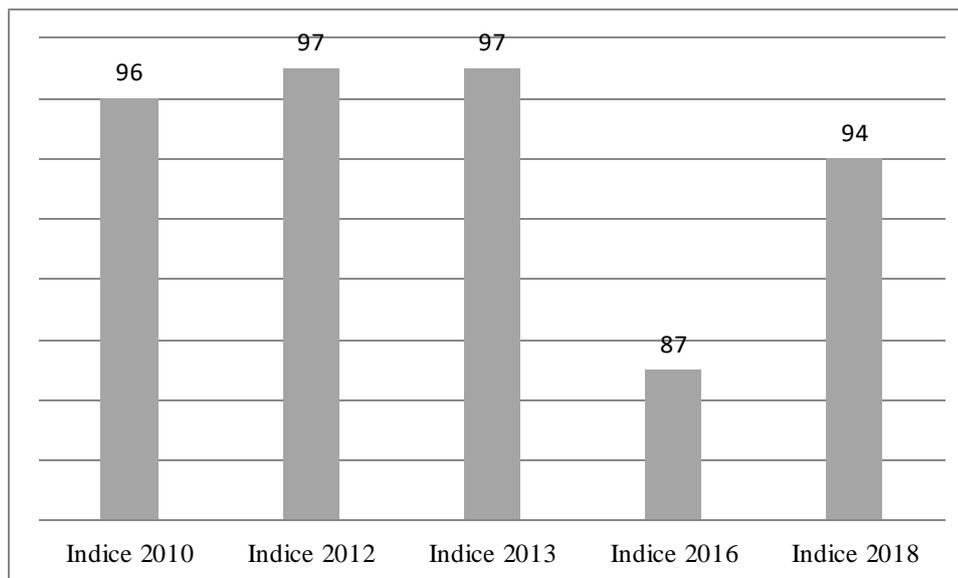


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.8. E-mail

O correio eletrônico foi uma das primeiras ferramentas de interação tanto que ao observar o Gráfico 19, constata-se que é uma ferramenta muito utilizada há quase 10 anos e sua frequência continua alta, foi considerado quando localizado no *site* o endereço para contato.

Gráfico 19: Disponibilidade de E-mail nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

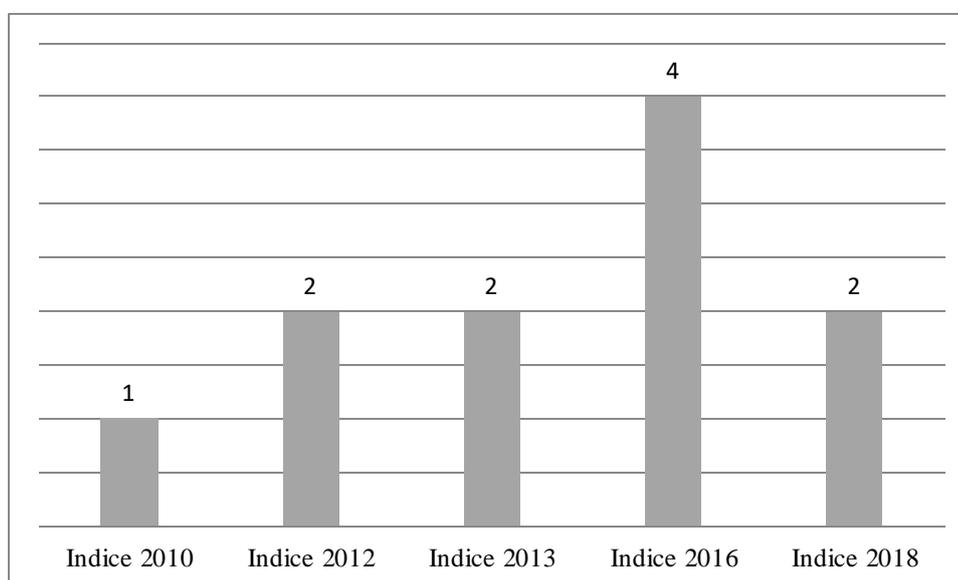


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.9. Acesso a Partidos

A análise da frequência desta variável foi considerada quando no *site* institucional existia *link* direto para acesso dos partidos políticos. O índice de ocorrências desta variável, é o menor de toda a pesquisa e com pouca variabilidade e se justifica pelo fato da padronização dos *sites* em muitos casos, existe apenas o nome do partido político ao lado do nome do funcionário público, sendo possível usar a ferramenta de copiar e pesquisar em outro navegador, caso exista o interesse.

Gráfico 20: Disponibilidade de Acesso Partidos nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

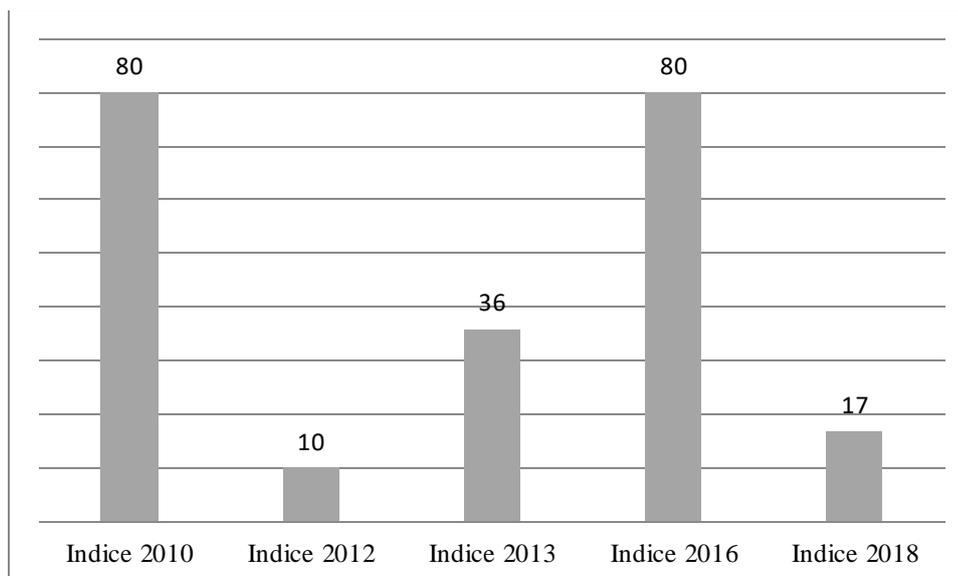


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.10. Acesso Parlamentares

A variável “acesso parlamentares” foi considerada quando o *site* institucional se encontrava informações acerca de contato com os parlamentares ou *link* para outra plataforma que atendesse.

Gráfico 21: Disponibilidade de Acesso Parlamentares nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

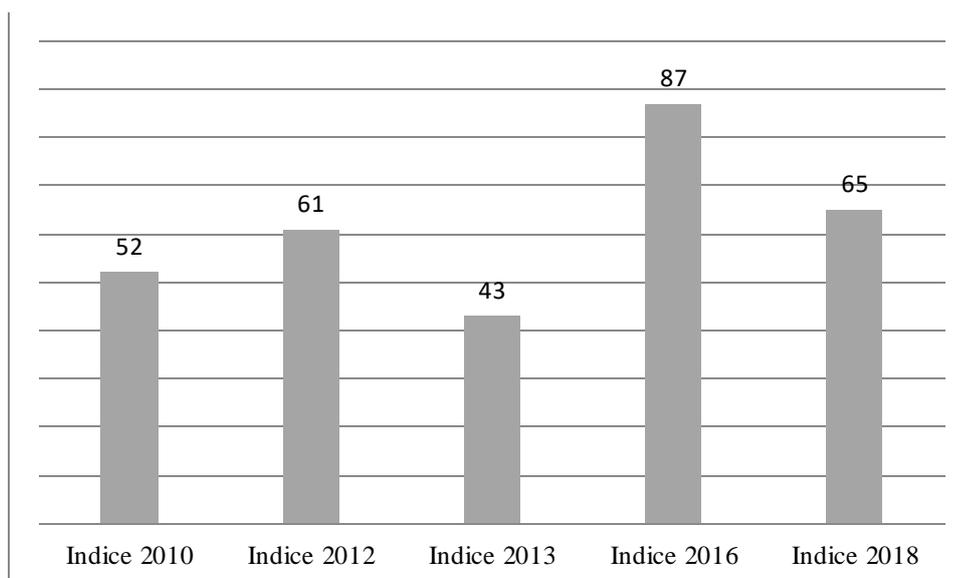


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.11. Contato/Denúncias

Outra ferramenta de interação direta, se observou a presença de caixas de diálogo para contato, denúncias, sugestões e/ou críticas. O Gráfico 22, demonstra pouca variabilidade na frequência, ocorre pelo fato de muitos *sites* utilizam e-mail para todas as necessidades.

Gráfico 22: Disponibilidade de Contato/Denúncias nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

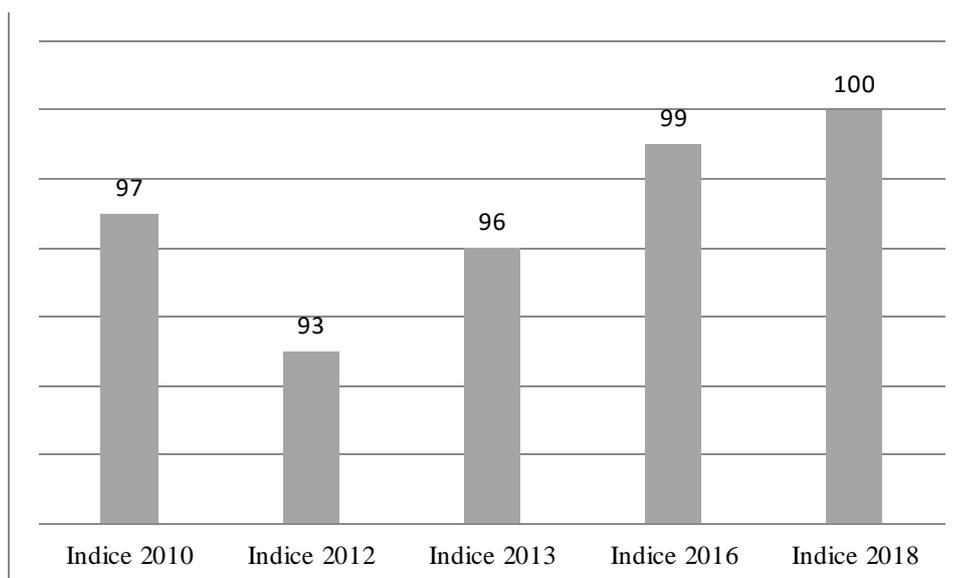


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.12. Contato com a Prefeitura

A variável “Contato com a prefeitura” foi considerada encontrada quando existia uma lista telefônica ou sinalização do contato com órgão, canal este que chegou ao seu limite, alcançando aproximadamente 100% dos municípios portugueses.

Gráfico 23: Disponibilidade de Contato com a prefeitura nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

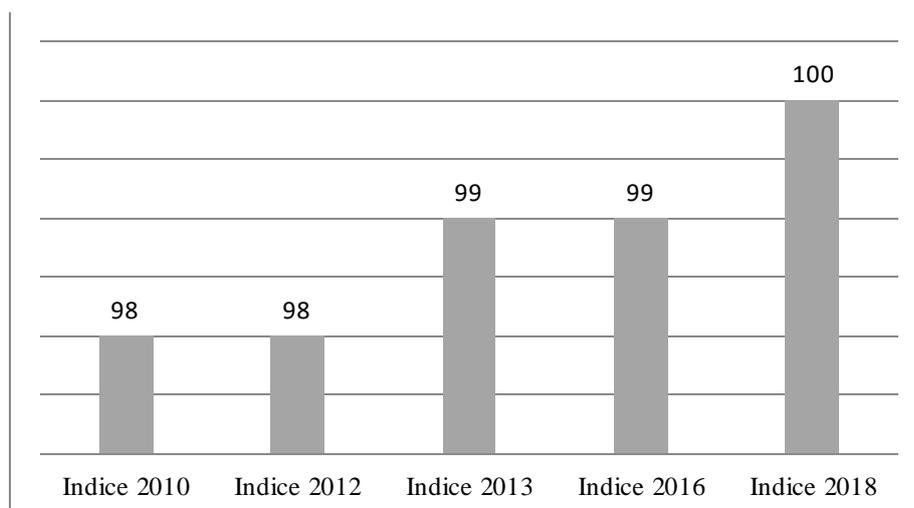


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.13. Notícias

A variável “notícias” se refere às informações do município, seja agenda cultural até informações climáticas. Observando o Gráfico 24, é possível observar grande adesão deste segmento nas plataformas desde a primeira pesquisa, alcançando em 2018, 100% dos seus municípios com este formato de *site*.

Gráfico 24: Disponibilidade de Notícias nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

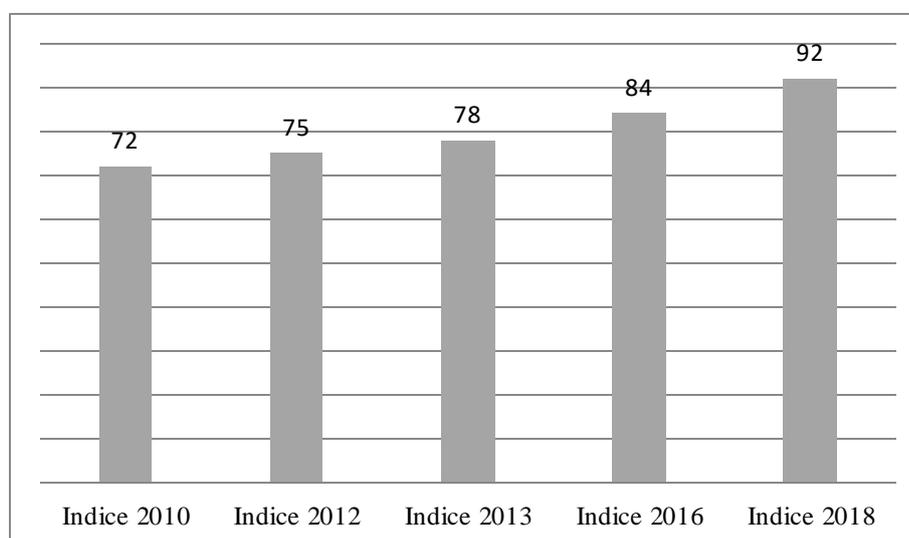


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.14. Relatórios de Gestão Fiscal

A variável “relatórios de gestão fiscal” é de suma importância como instrumento de transparência da gestão fiscal, pois este documento se refere às metas fiscais, neste tópico o caso português se assemelha com o brasileiro, pois em ambos os países existem leis de acessos a documentos administrativos. Em Portugal, a Lei nº 46 de 24 de agosto de 2007, regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, o que justifica o crescimento da variável ao longo dos anos observados.

Gráfico 25: Disponibilidade de Relatório de Gestão Fiscal nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

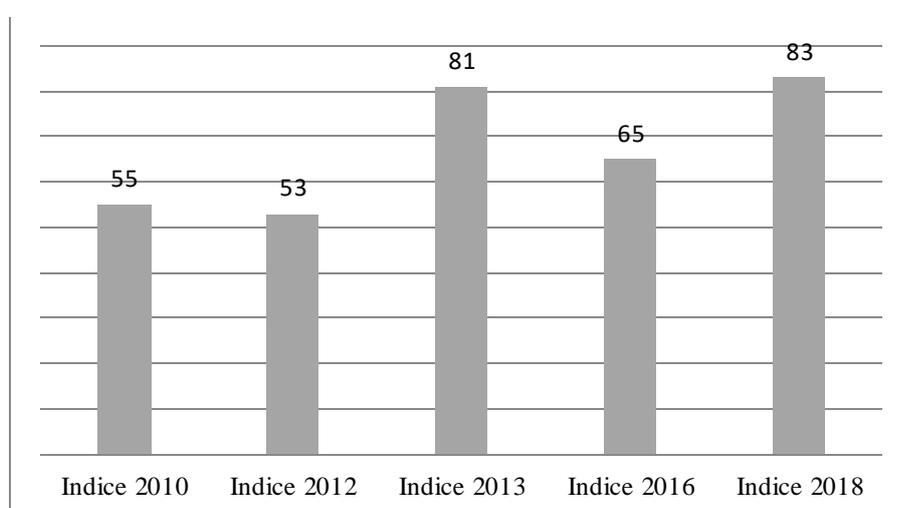


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.15. Licitações e Contratos

Ainda no tema de transparência, foi observado se estava disponível o acesso às licitações realizadas pelo município e os contratos vigentes. A diferença entre o primeiro ano de pesquisa para o último é de 28%, existindo um *gap* em 2016, onde houve um declínio em relação à pesquisa do ano anterior, podendo se justificar pela mudança de governo, em nove de março de 2016, quando Marcelo Rabelo de Sousa assumiu a presidência de Portugal.

Gráfico 26: Disponibilidade Licitações e Contratos nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

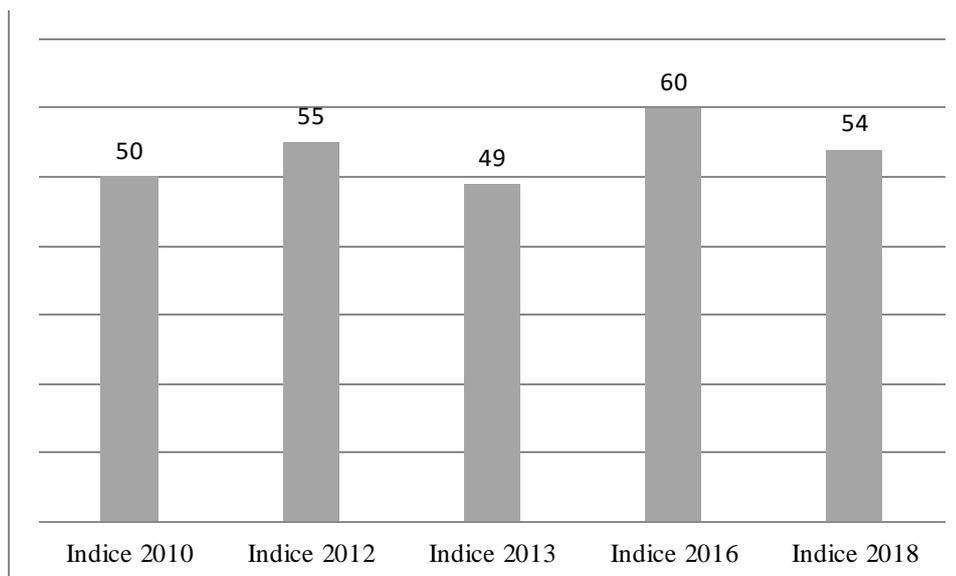


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.16. Contato com o Prefeito

A variável “contato com o prefeito” foi considerada, quando possível encontrar contato direto com o mesmo, seja telefone ou e-mail. Os anos observados demonstram uma constante entre 49 – 60 % de ocorrência.

Gráfico 27: Disponibilidade Contato com o Prefeito nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

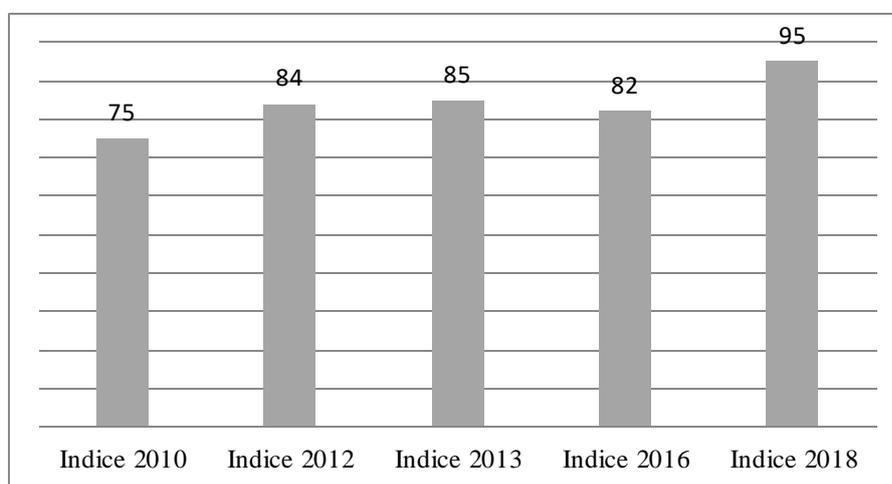


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.17. Despesas Correntes e Receitas Correntes

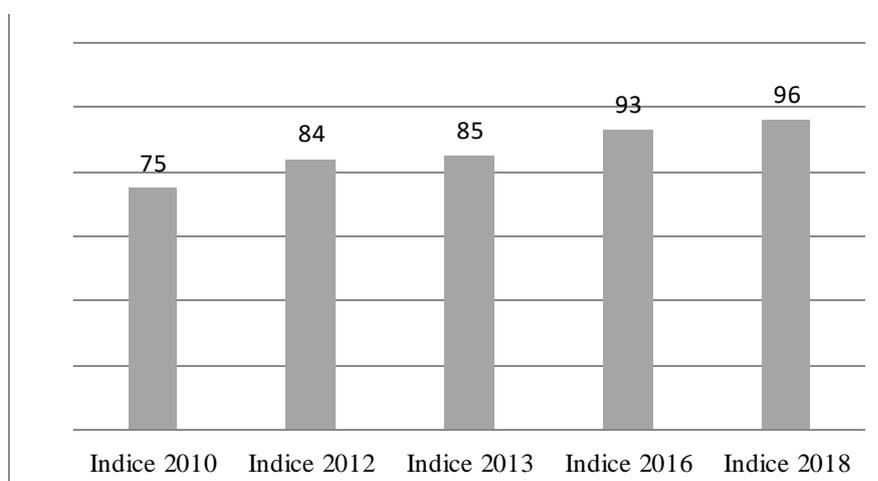
Define-se como despesa corrente, o conjunto de dispêndios públicos para custeio dos serviços prestados à sociedade. A receita corrente entende-se pelo montante de valores ou bens arrecadados aos cofres públicos em definitivo, ou seja, o somatório das receitas tributárias e de contribuições. Pode-se observar nos Gráfico 28 e Gráfico 29 abaixo que a presença destas variáveis vem crescendo ao longo dos anos observados devido às políticas de transparência e que a presença destas é igual, usualmente quando se encontra relatórios acerca do tema, são expostos ambos os tópicos.

Gráfico 28: Disponibilidade de Despesas Corrente nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Gráfico 29: Disponibilidade de Receitas Corrente nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

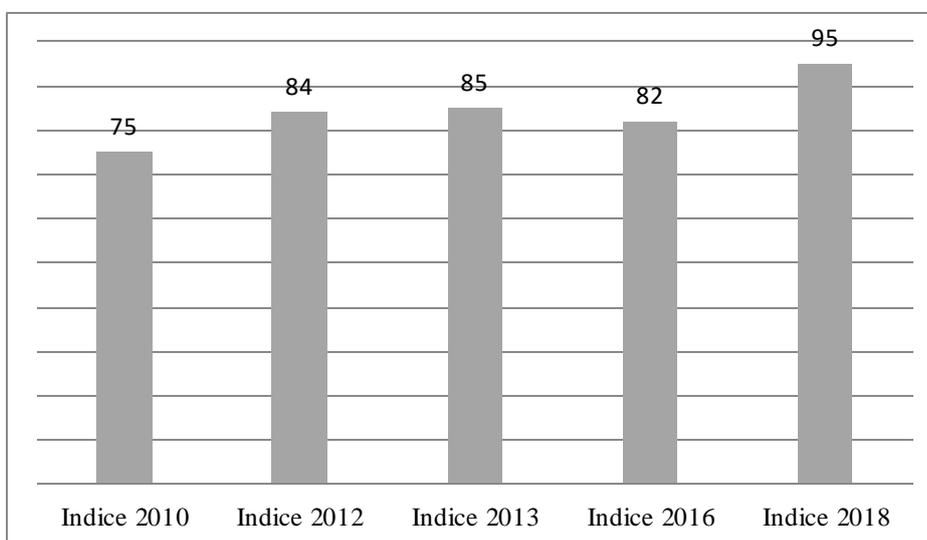


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.18. Despesas de Capital e Receitas de Capital

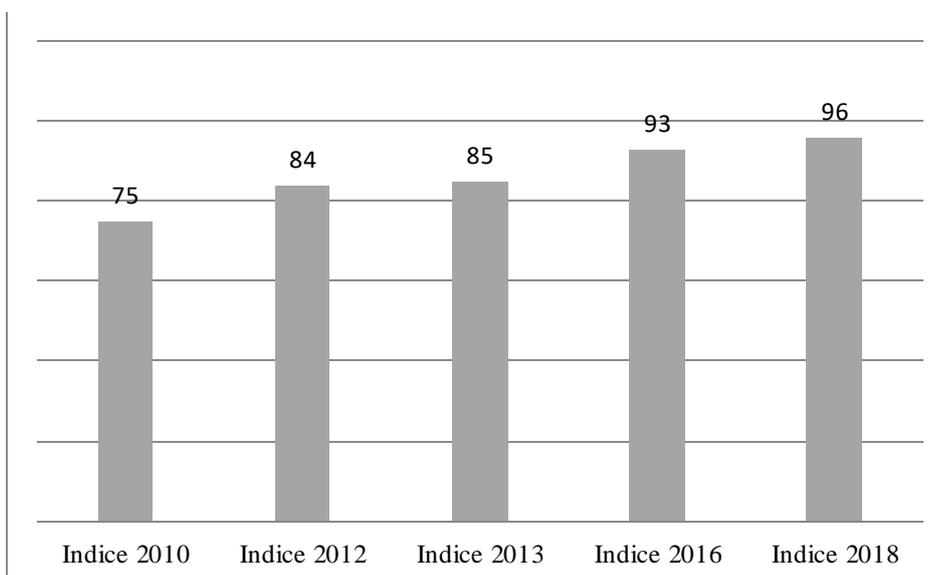
Despesas de capital estão relacionadas com aquisição de equipamentos, obras, aquisição de participação acionária, aquisição de imóveis e investimentos e receitas de capital são provenientes de juros, recursos recebidos de direito público ou privado e operações de crédito como empréstimos e financiamentos. Pode-se observar que o Gráfico 30 e o Gráfico 31, demonstram um constante aumento e como no item anterior, estas variáveis normalmente são encontradas juntas, ocasionando nas observações com quase a mesma porcentagem de ocorrências.

Gráfico 30: Disponibilidade de Despesas de Capital nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Gráfico 31: Disponibilidade de Receitas de Capital nos anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)

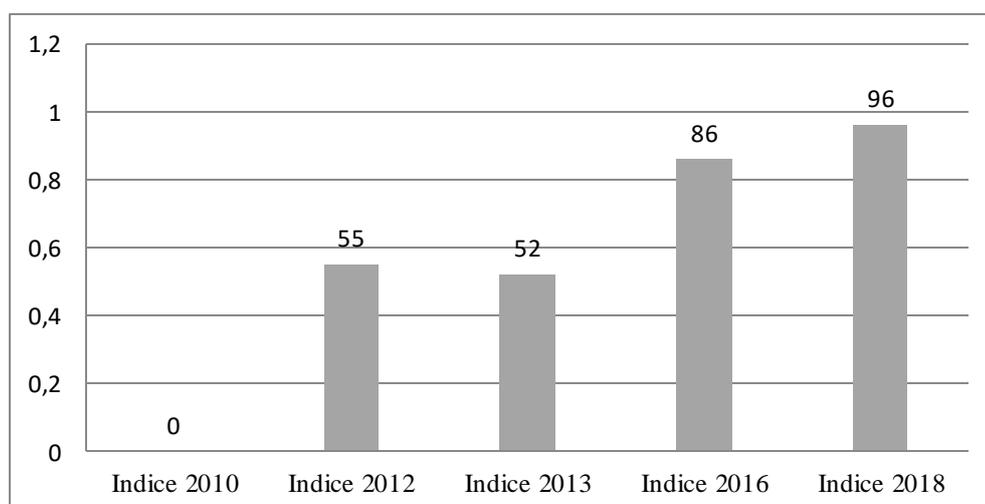


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

6.19. Redes Sociais

A variável “redes sociais” considerou os *links* diretos dos *sites* para as redes sociais do município, como: facebook, instagram e twitter. Salientando que esta variável só foi considerada a partir de 2012, por este motivo o Gráfico 26, aponta como *missing* o ano de 2010. Observando o Gráfico 32 abaixo, é perceptível a adesão de outras plataformas para disseminação do município, bem como a divulgação da mesma no próprio *site*.

Gráfico 32: Disponibilidade de Redes Sociais nos anos 2012, 2013, 2016 e 2018 (em %)



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

7. ANALISE DA QUALIDADE DOS SITES PORTUGUESES

O objetivo deste capítulo é identificar a qualidade dos municípios portugueses, este índice demonstra o comportamento dos *sites* municipais com relação à presença das 21 variáveis desta pesquisa, deste modo, quanto maior a ocorrência das variáveis, maior disponibilidade de informações e possivelmente maior qualidade do *site*, classificando-as em quatro níveis: ruim, regular, bom e excelente.

A metodologia utilizada para o cálculo foi somada o número de ocorrência das variáveis presentes nos *sites* de cada município, em seguida, se dividiu o resultado obtido pelo total das variáveis (21). Lembrando que, foram consideradas 21 variáveis para o cálculo, pois “Lei Orgânica” foi desconsiderada no caso português.

Tabela 9 – Classificação dos Índices de Avaliação dos Sites Portugueses

Classificação	Freq. Absoluta	%
Ruim = 0 – 0,25	0	0
Regular = 0,26 – 0,50	6	2
Bom = 0,51 – 0,75	118	43
Excelente = 0,76 – 1,0	150	55
TOTAL	274	100

Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

Observando o a Tabela 9, aproximadamente 55% (54,74), dos sites dos municípios portugueses classificam-se como excelente, resultado bastante positivo para o trabalho, pois atesta que ao acessar o cidadão encontrará a informação desejada na maioria dos casos, ou um possível suporte para a sua demanda e se somado ao resultado considerado “bom” onde se é possível encontrar de onze a quinze variáveis, obtém 97,81% das frequências.

A frequência absoluta na classificação considerada “ruim” em zero é um dado interessante, ou seja, em todos os municípios foram observadas no mínimo seis variáveis observadas, demonstrando que de algum modo o usuário irá encontrar algum mecanismo de comunicação ou atendimento.

8. CORRELAÇÕES E ANÁLISES FATORIAIS DAS VARIÁVEIS AGRUPADAS

Este capítulo tem por objetivo estabelecer uma análise e traçar correlações entre a disponibilidade da informação dos sites e analisar o comportamento em eixos fatoriais das variáveis agrupadas considerando supostos padrões.

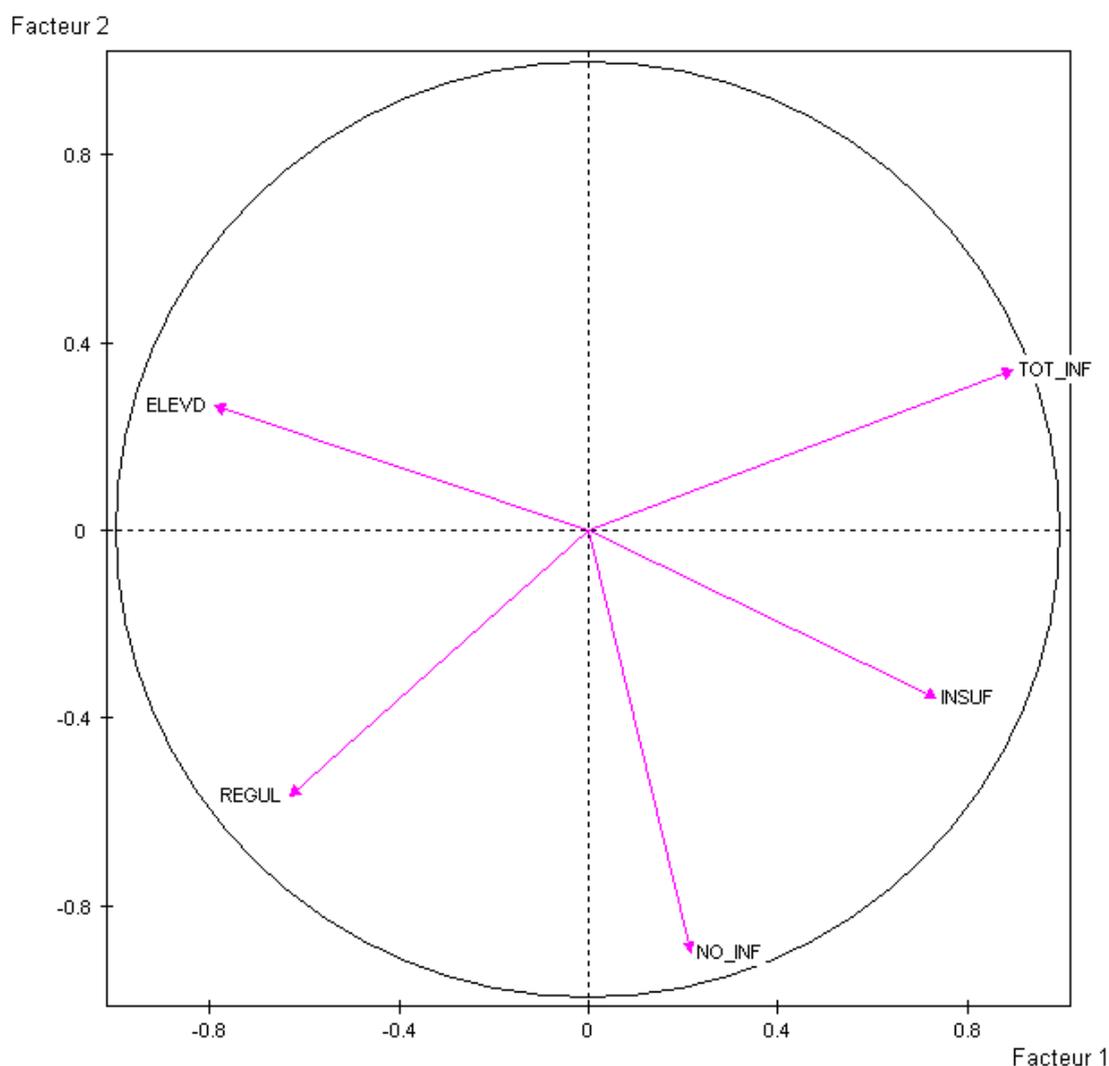
Tabela 10: Quadro Geral de Variáveis Agrupadas (em %)

Etiqueta	Não_Inf.	Insuficiente	Regular	Elevada	Tot._Inf
INST 2010	16,4	0	42,3	35,4	5,5
INTER 2010	0,4	2,9	45,6	49,3	1,8
PROC 2010	0	0	3,3	27	69,7
PREST 2010	14,2	9,9	0,4	32,1	43,4
INST 2012	3,6	0	31,4	37,2	27,7
INTER 2012	0	0,7	28,8	52,6	17,9
PROC 2012	0	0	7,3	63,9	28,8
PREST 2012	8	6,6	0,4	42,7	42,3
INST 2013	10,6	0	42,3	35,8	11,3
INTER 2013	0	0,4	33,2	48,5	17,9
PROC 2013	0	0	3,6	86,1	10,2
PREST 2013	7,7	11,3	0,7	12	68,2
INST 2016	5,8	0	26,6	55,1	12,4
INTER 2016	0	1,8	20,1	49,6	28,5
PROC 2016	0	0	1,1	17,2	81,8
PREST 2016	1,8	3,3	6,6	39,4	48,9
INST 2018	1	0	13	70	16
INTER 2018	0	0	18	49	33
PROC 2018	0	0	2	91	8
PREST 2018	0	3	1	2	94
Padrão 1	6	9	15	20	50
Padrão 2	4	6	10	14	66
Padrão Exigente	2	3	5	10	80
Média Total	3,4	1,9	16,3	44,8	33,3
Mediana Total	0,2	0	10,1	45,6	28,1

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

A Tabela 10 auxilia na compreensão das análises a seguir, com o Gráfico 33 das proporções das informações das variáveis agrupadas, que relaciona os resultados encontrados nos anos observados referentes às disponibilidades das informações. A angulação dos eixos demonstra alguns dados interessantes, quanto menor o ângulo entre os vetores, maior a correlação entre eles.

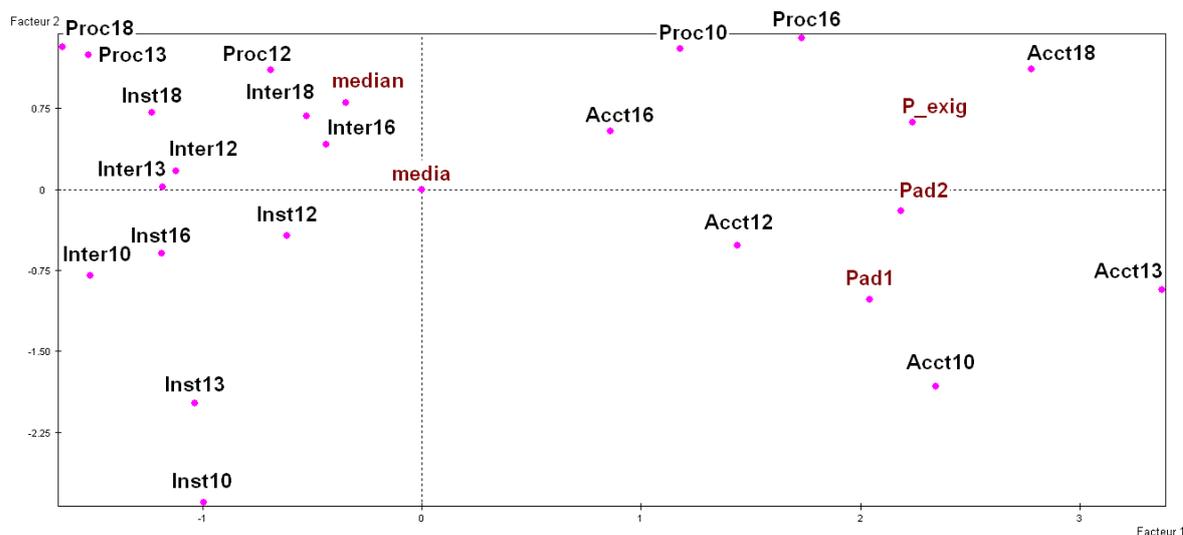
Gráfico 33: Proporção das variáveis agrupadas



Fonte: dados coletados e tratados pela autora.

O gráfico 34 representa a disposição dos indivíduos nos eixos fatoriais, sendo os balizadores deste a média e a mediana apresentadas na Tabela 10, com três padrões definidos entre “padrão 1” o mais “pessimista” que aceitaria até 50% das ocorrências entre as variáveis: “não_inf; “insuficiente” e “regular”, “padrão 2” aumenta a variável “total_inf” para 66% como aceitável e “padrão exigente” cenário mais utópico onde a variável “total informação” obteria a frequência de 80%.

Gráfico 34: Eixos Fatoriais dos Indivíduos, projeção das informações agrupadas por anos 2010, 2012, 2013, 2016 e 2018.

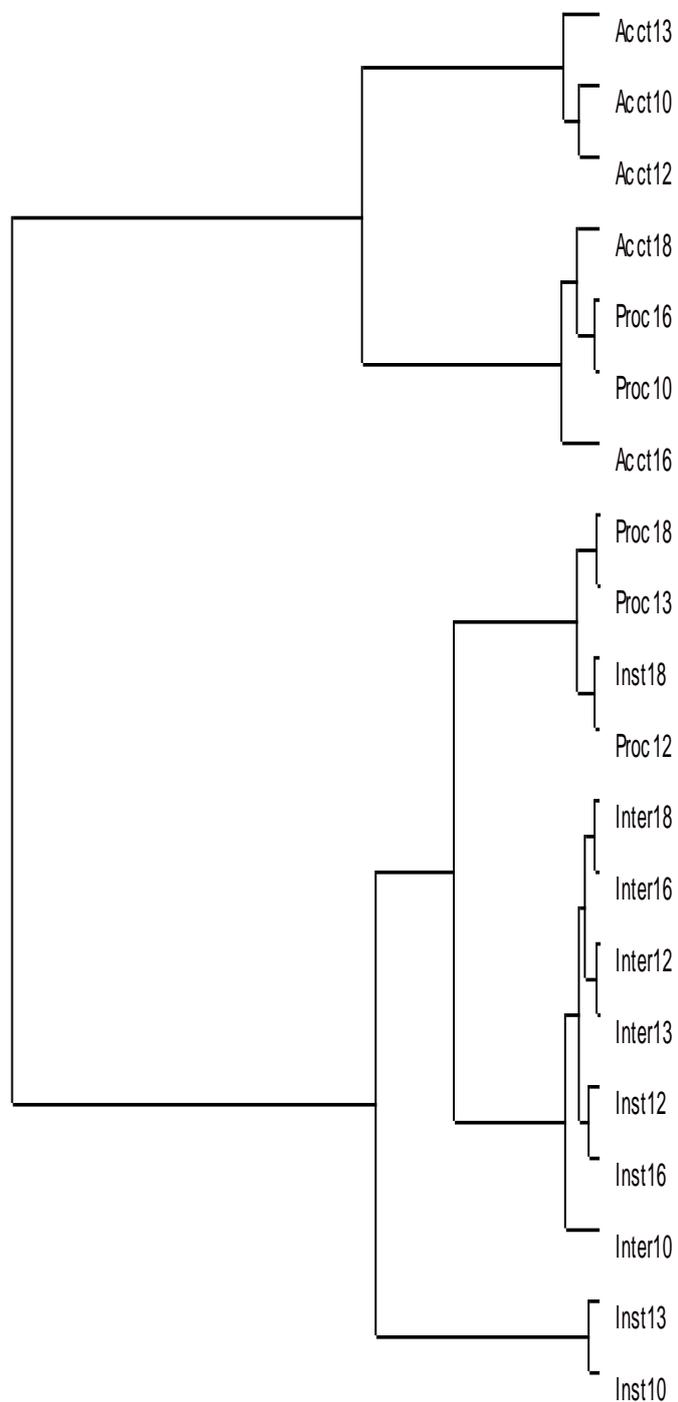


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

Ainda, se pode observar que as variáveis *accountability 2016*, e *accountability 2018* se encontram no mesmo quadrante do padrão exigente e nos anos anteriores se encontravam próximas dos padrões estabelecidos, demonstrando o crescimento da disponibilidade das informações observadas e no alcance de quase 80% de ocorrência nos *sites* portugueses. Como se pode verificar, o Diagrama 1, de árvore corrobora as informações contidas nos eixos fatoriais dos indivíduos, onde são vistas as distancias entre os indivíduos e a sua proximidade com os padrões, com a média e a mediana. No diagrama de árvore estão dispostos os grupos de indivíduos de acordo com sua proximidade. São duas maneiras distintas de visualizar a medida da contribuição dos indivíduos nos eixos fatoriais. Quanto mais próximos os indivíduos estiverem, eles formarão grupos específicos, calculados de acordo com o índice de similitude.

Diagrama 1. Dendograma-árvore de classificação das variáveis simples

Classification hierarchique directe



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/IPOL e tratados pela autora.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado acerca de informação cidadã nos *sites* de 274 municípios portugueses, concluo que é possível afirmar que as TIC possibilitam interação entre governantes e cidadãos, que o cenário analisado está cada vez mais perto de um padrão aceitável de interação.

A comunicação em diversos processos de mobilização social é essencial, na questão política, não seria diferente, essa só acontece quando os indivíduos se envolvem para defender uma causa, que por sua vez depende destes mecanismos que no espaço tradicional, o custo para interação é igual ao ônus de comodidade ou lazer, acarretando na desistência por grande parte da população em participar e interagir, ou até mesmo por falta de conhecimento de como participar, onde e quando, porque até alguns anos atrás este espaço era restrito aos governantes.

Segundo Horokovschi (2008), o cidadão é responsável pelos atos de seus representantes, assumindo a prerrogativa de que deve existir a fiscalização dos atos políticos. A abertura dos governos locais para este acesso demonstra a legitimidade deste espaço, o admitindo como um novo formato de interação mais eficaz em diversos sentidos. É possível a cogestão entre o poder público e o cidadão comum, possibilidade fornecida pela liberdade existente no meio virtual, o qual amplia os locais de fala e participação.

As análises permitem corroborar os resultados obtidos que mesmo ainda distante do padrão ideal, ao longo dos anos vem se modificando e crescendo. Destaca-se também a construção de uma sociedade que está cada vez mais envolvida nos espaços políticos e nos de interação de redes usuais, como *facebook* e *twitter*, a crescente ocorrência da variável “redes sociais” que em 2018 obteve 96%, demonstra que os locais de fala e participação estão se adaptando para o novo modelo de interação e que existe preocupação por parte das autarquias em incluir e abrir os cidadãos nos processos democráticos, como afirma Lorena de Lima Soares (2010):

[...] Todos esses mecanismos oferecidos pelas TIC somados à disponibilidade de informações altera substancialmente a cultura política da participação que nada tem a ver com aquela participação onde atua o “tecido movimentista” social heterogêneo, múltiplo e em muitos casos desorganizados e desarticulados. [...]
(SOARES, 2010).

A somatória de todos esses elementos altera a cultura política e a forma como os cidadãos passam a interagir e participar, mesmo que nenhuma forma de participação isolada é suficientemente excelente. E ainda, a mudança da atenção que os governos passaram a dar para tais canais de comunicação é perceptível nos dados, com a abertura de mais de um canal para interação.

Os resultados apresentados demonstram que há quantidade significativa de informação interativa nos portais oficiais de Portugal e que ao longo das pesquisas realizadas, houve crescimento das variáveis analisadas na maioria dos *sites*, mesmo que não seja o padrão ideal.

A padronização dos *sites* auxilia nos resultados a unificação dos poderes municipais em um só portal, pela preocupação comum com os aspectos formais e a oferta de mecanismos de interação que permitam ao público algum contato com o governo. Observa-se que em regiões distintas e com características peculiares, estas apresentam alguma similaridade na oferta de informações, o que corrobora a existência de um padrão para a preparação dos *sites* facilitando as chances de interação entre o cidadão e o poder público.

Os resultados, mesmos que positivos, apontam a necessidade de os governos locais compreenderem que “informação pública é pública”, de modo a tornar mais transparentes os *sites* de governo e garantir à população acesso às ações governamentais, mesmo que a abertura destes canais implique também em uma mudança na forma de governar. O caso português demonstrou grande disponibilidade das informações sobre *accountability*, devido medidas já impostas pela legislação, mas em outras variáveis como “ordem do dia” a qual o cidadão ao obter esta informação poderia acompanhar a agenda das assembleias municipais com dados mínimos para interação e acompanhamento.

A mobilização dos cidadãos para a alteração deste cenário é fundamental, pois a velocidade e facilidade que as informações podem ser obtidas ou disseminadas estão cada vez maiores, deste modo, os governos passaram a atender estas demandas e ofertar serviços e informações que há cinquenta anos, não seria possível.

Importante destacar que, o fato de existir a informação não significa que há participação ativa nestes portais, ou seja, o fato de o governo disponibilizar os canais para comunicação, não assegura que estes mecanismos estão sendo utilizados pela população em maioria, ou que exista essa preocupação de envolver os cidadãos com o poder público, em disseminar e aproximar de modo geral os usuários e usuários em potencial.

Para que exista mudança do espaço tradicional, estes devem ter maior difusão entre as diversas classes sociais, pois mesmo que seja um canal aberto para todos, o uso possivelmente deve se restringir à um perfil de cidadão, pela falta de divulgação destes portais, o que é uma questão para estudos complementares, sobre como o cidadão se beneficia e utiliza de tais canais de comunicação, a forma como soube do *site* e como isto afeta o seu modo de interagir com o poder público.

Pertinente lembrar também, que a existência dos meios de interação, não assegura que os usuários recebam *feedback* o qual foi solicitado. A disponibilidade de um contato telefônico no portal não garante que este número seja realmente do local indicado ou que esteja funcionando. Outro exemplo, de uma variável que obteve frequência alta, é o e-mail, mas, o endereço eletrônico do município em si não certifica que o cidadão irá obter uma resposta do órgão.

Existem algumas melhorias que podem ser recomendadas para os *sites* principalmente na disponibilização do dia-a-dia dos processos, rotina de reuniões, fóruns para participação na tomada de decisão e maior detalhamento dos servidores, com telefone, e-mail direto ou caixa de diálogo com o gabinete específico, pois as menores frequências foram “acesso à parlamentares” e “acesso à partidos”, normalmente era encontrado somente o nome do deputado em uma lista, o que pode dificultar na obtenção de informações mais específicas.

Em suma, este trabalho examina um conjunto de fatores para participação cidadã, de modo que seja possível obter informações relevantes para a interação entre governo e cidadãos,

através do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação neste novo cenário em comparação com as pesquisas realizadas anteriormente.

Destarte, se conclui que as TIC são aliadas para a mudança no cenário político e no formato de interação da sociedade, possibilitando interação de bases sociais cada vez mais distintas com o poder público, dando espaço para a pluralidade das demandas externas, ocasionando na possibilidade de participação cidadã.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTERTON, F. Christopher. **Teledemocracy: can technology protect democracy?**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. Editora UFSC. Florianópolis. 2006.

BATISTA, Carlos M. **Participação Cidadã e TIC: um estudo da oferta de informações nos sites de municípios andaluzes e sul-americanos**. Centro de Estudios Andaluces – CEA, em Sevilla. 2001.

BATISTA, Carlos M. **Eletrônica: Informação cidadã nos municípios Europeus e Sul-Americanos**. *Revista do CEAM*, V. 2 n. 1. Brasil, Brasília. 2013.

BIMBER, Bruce. **The Internet and Political Transformation: Populism, Community and Accelerate Pluralism**. Palgrave Macmillan Journals: Polity, Vol. 31, Nº 1 (Autumn 1998).

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. V. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia internet: reflexes sobre a internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Communicationpower**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CORTINA, Adela. **Los ciudadanos como protagonistas**. Barcelona: Galáxia Gutenberg, 1999.

EIAA – European Interactive Advertising Association. **Media Scope Europe 2010**. EIAA: Zurich. 2010

FIGUEIREDO, Glenda Reis de. **Participação Cidadã E Tecnologias De Informação E Comunicação: Um Estudo Sobre A Oferta De Informação Em Sites Dos Municípios Portugueses**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciência Política), Universidade de Brasília: Brasília. 2016.

HERMANNNS, Klaus. (Org.). **Participação Cidadã: Novos Conceitos e Metodologias. Fortaleza**: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias 2008**. INE: Portugal. 2008.

NORRIS, Pippa. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge: University Press, 2001.

PORTUGAL. **Lei nº 169 de 18 de setembro de 1999**. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/>

PORTUGAL. **Lei nº 2 de 15 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/>

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa de 25 de Abril de 1974**. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/>

SOARES, Lorena de Lima. **Participação Cidadã e Tecnologias de Informação e comunicação: Um estudo das possibilidades de interação do cidadão Português com o poder público municipal**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciência Política), Universidade de Brasília: Brasília. 2010

TEIXEIRA, Elenaldo Celso Teixeira. **As Dimensões da Participação Cidadã**. Caderno CRH. Salvador, 1997

TELLES, Vera. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. Rev. Pólis: São Paulo. 1994

UNESCO, Institute for Statistics. **Measuring and monitoring the information knowledge societies: a statistical challenge**. Unesco. 2003

11. REFERENCIAS ELETRÔNICAS

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
<http://www.anmp.pt/>

INE – Instituto Nacional de Estatística
<http://www.ine.pt/>

Assembleia da República
<http://www.parlamento.pt>